

LEI Nº 06, DE 06 DE MAIO DE 1948

APROVA O CÓDIGO DE POSTURAS.

Eu, Arnaldo Souza, Prefeito Municipal de São José, faço saber que a Câmara votou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Prefeitura Municipal de São José, em 6 de maio de 1948.

(ass.) **ARNOLDO SOUZA.**
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei em 7 de maio de 1948.

PEDRO MAYVORME,
Secretário

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

Art. 1º - A ação ou omissão contrária às disposições deste Código constitui infração, incorrendo o seu autor ou responsável na pena de multa para ela estabelecida.

Art. 2º - Multa é penalidade de natureza pecuniária a que ficam sujeitos os infratores da lei.

§1º - São solidariamente responsáveis pelo pagamento de multas, o agente material do ato e os proprietários dos bens a que digam respeito, assim como os profissionais ligados à infração.

§2º - Ao infrator reincidente se aplicará em dobro a pena imposta para a primeira infração.

Art. 3º - Nas infrações praticadas por mais de uma pessoa, a pena pecuniária recairá sobre cada um dos infratores.

Art. 4º A alegação de ignorância da lei a ninguém escusará da multa por infração praticada.

Art. 5º - Não são considerados infratores os menores de quatorze anos de idade. Todavia, os respectivos tutores ou responsáveis serão advertidos da infração cometida, incorrendo estes, em multa, no caso de reincidência do menor.

Capítulo II

DAS VIAS PÚBLICAS.

DAS AVENIDAS, RUAS, PRAÇAS, JARDINS E TRAVESSAS.

Art. 6º - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 7º - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 8º - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 9º - *Revogado pela Lei 1606/85.*

Art. 10 – *Revogado pela Lei 1606/85.*

Capítulo III

ALINHAMENTOS E NIVELAMENTOS PARA CONSTRUÇÕES.

DO RECUO OBRIGATÓRIO, FACULTATIVO E PROIBIDO.

Seção I

DAS CONSTRUÇÕES NO ALINHAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS.

Art. 11 - Qualquer nova construção fronteira às vias públicas deverá obedecer ao alinhamento e nivelamento que for determinado pela Prefeitura.

- §1º - O alinhamento e nivelamento aqui previstos serão determinados no "alvará de construção", e terão como referência pontos fixos do local, tais como meio-fio, prédios vizinhos ou fronteiros.
- §2º - Se a obra for próxima a algum rio, o alinhamento e nivelamento serão dados não só do lado da rua ou praça, como do lado do rio.
- §3º - Não depende de alvará a reconstrução, a restauração de muros ou grades desabados e cujas fundações estejam em alinhamento não sujeito a modificações.

Art. 12 - Quando a construção atingir à altura de 1 (um) metro acima da guia, o construtor avisará, por escrito, à Diretoria de Obras Públicas, que verificará o alinhamento e nivelamento, dentro do prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único: O Diretor de Obras lançará o seu "VISTO" no alvará.

Art. 13 - O alinhamento e o nivelamento das atuais avenidas, ruas, travessas e praças, serão postos de acordo com as disposições deste Código, à medida que forem sendo requeridos pelos proprietários dos prédios nelas edificadas.

- §1º - Quando se verificar que os proprietários de dois terços das edificações se tenham submetido ao novo alinhamento e nivelamento, a Prefeitura poderá promover a retificação completa do alinhamento, de acordo com os proprietários dos demais prédios.
- §2º - Na impossibilidade de um entendimento, poderá a Prefeitura, depois de devidamente autorizada pelo poder competente, decretar a condenação ou a desapropriação do imóvel ou imóveis que estejam fora das determinações aqui previstas.

Art. 14 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Seção II

CONSTRUÇÕES NOS CRUZAMENTOS DAS VIAS PÚBLICAS.

Art. 15º - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Seção III

DAS CONSTRUÇÕES AFASTADAS DO ALINHAMENTO.

Art. 16 - *Revogado pela Lei 1605/85 .*

Art. 17º - Nas ruas consideradas residenciais, nenhum prédio poderá ser construído ou reconstruído sem que medeie entre a frente da construção e o alinhamento da rua, a distância mínima de 4 (quatro) metros, reservada para jardim ou arborização.

Art. 18 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 19 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 20 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 21 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Seção IV

SERVIÇOS DAS VIAS PÚBLICAS.

Art. 22 - Nenhum serviço ou obra que exija o levantamento de calçamento ou abertura de escavação no leito das vias públicas poderá ser executado por particulares ou empresas, sem prévia licença da Prefeitura, sob pena de multa, além do embargo da obra.

Parágrafo Único: Fica sempre a cargo da Prefeitura a recomposição da via pública, correndo, porém, as despesas por conta de quem deu causa ao serviço, devendo o interessado depositar, no ato de requerer a licença, a quantia necessária para cobrir as despesas.

Art. 23 - A abertura do calçamento ou escavações na parte central da cidade e em logradouro de grande movimento, só poderão ser feitas em horas previamente designadas pela Diretoria de Obras.

Art. 24 - Quanto as valas abertas para qualquer mistér atravessarem os passeios, será colocada uma ponte provisória, garantindo o trânsito.

§1º - As repartições, empresas ou particulares autorizados a fazer aberturas no calçamento ou escavações nos leitos das vias públicas são obrigados a colocar tabuletas, convenientemente dispostas, contendo avisos de "TRANSITO INTERROMPIDO" ou "PERIGO" , além de luzes vermelhas, durante a noite.

§2º - Sempre que nas escavações ou valas ficarem retidas águas pluviais, o responsável pelo serviço será obrigado a providenciar os reparos necessários.

Art. 25 - A abertura do calçamento deverá ser feita de modo que não fiquem danificadas as obras subterrâneas já existentes no local.

Art. 26 - É proibida a colocação de quaisquer degraus, cunhas ou outros objetos fixos, não só nas sarjetas como sobre os passeios ou em qualquer outra parte dos logradouros públicos.

Art. 27 - Os proprietários de terrenos nas zonas urbanas e suburbanas, em ruas onde houver meio-fio, são obrigados a construir ou reconstruir o passeio em frente aos mesmos terrenos.

§1º - O material a empregar na construção de passeios ficará a juízo da Diretoria de Obras que poderá estabelecer os desenhos a adotar, no caso de ser empregado revestimento a ladrilho ou outro material.

§2º - A Prefeitura estabelecerá um tipo uniforme de passeio para cada via ou trecho da via pública.

Art. 28 - Correrá por conta do proprietário a execução total do passeio, até 4 (quatro) metros de largura e mais dois terços da largura excedente, até o limite de oito metros.

§1º - Os passeios terão a largura determinada pela Prefeitura, de acordo com as conveniências locais.

§2º - Quando a Prefeitura aumentar a largura ou alterar o nivelamento dos passeios existentes há mais de 5 (cinco) anos, correrá por sua conta a respectiva despesa.

Art. 29 - Para os efeitos do artigo anterior deverá o proprietário requerer à Prefeitura a devida licença que será concedida independentemente de alvará.

Parágrafo Único: A falta de requerimento importará na perda das vantagens decorrentes do disposto no artigo 28 e seus parágrafos.

Art. 30 - O chanframento e rebaixa de guias ou meio-fio, destinado a entrada de veículos, dependem de licença especial e pagamento da respectiva taxa.

Art. 31 - Nenhum serviço ou construção poderá ser executado à margem dos cursos d'água ou valas sem que sejam executadas as obras de arte por ventura exigidas pela Prefeitura ou sem que sejam observadas, para tornar possível a descarga conveniente, a forma e as dimensões por ela estabelecidas, para a secção de vazão.

Art. 32 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 33 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 34 - A Prefeitura poderá exigir dos proprietários de terrenos, sempre que o nível destes for inferior ou superior ao nível dos logradouros públicos vizinhos, a construção de muralhas de arrimo ou a construção de sarjetas e drenos para desvio de águas pluviais ou infiltração, que cause danos à via pública.

Art. 35 - É proibida a colocação de aterro, materiais ou escombros na via pública.

Capítulo IV

DAS LICENÇAS PARA CONSTRUIR E EDIFICAR.

Seção I

CONDIÇÕES GERAIS.

Art. 36 - Não se poderá dar começo à construção ou demolição de qualquer obra, dentro da zona urbana ou suburbana, sem o respectivo "ALVARÁ", ou a devida licença da prefeitura.

§1º - É proibido a construção de obras de arte, sarjetas, escoadouros, escavações, etc., nas vias públicas ou onde possa ser alterado o estado destas, sem prévia licença.

§2º - As obras de caráter urgente, em canos de abastecimento de água ou de esgotos, em chaminés, etc., podem ser iniciadas antes de promover a obtenção desta, no primeiro dia útil que se seguir do início das obras.

§3º - As pinturas externas dependerão de licença sempre que exijam andaime ou tapumes, devendo o requerimento descrever o padrão da pintura a ser empregada.

Art. 37 - Não dependem de "alvará" nem de licença:

- a) a construção de dependências, como galinheiros, caramanchões, estufas e telheiros de área não superior a 16 (dezesseis) metros quadrados, quando localizados nos fundos do lote;
- b) os serviços de limpeza, pintura, consertos e reparações no interior dos edifícios;
- c) a construção de instalações provisórias destinadas a guarda e depósito de materiais para as obras devidamente autorizadas;
- d) a reconstrução de muros, desde que não estejam sujeitos a modificações no alinhamento.

Art. 38 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Seção II

PROJETOS PARA AS EDIFICAÇÕES.

Art. 39 - Nenhuma licença para construção ou reconstrução de obra a que se refere o artigo 36 será concedida, sem apresentação a aprovação prévia das respectivas plantas e perfis.

Parágrafo Único: Antes de expedido qualquer alvará de construção, a Diretoria de Obras fará uma vistoria, para verificar as condições do local em que devam ser feitas as obras.

Art. 40 - Nenhuma edificação será permitida onde não houver arruamento feito, sem que o proprietário dos terrenos submeta à aprovação da Prefeitura o plano de loteamento da quadra.

Parágrafo Único: A requerimento de qualquer interessado, a Prefeitura examinará a conveniência da abertura de rua, em terrenos baldios, projetando-a se consultar o interesse público.

Art. 41 - *Revogado pela Lei 1606/85.*

Art. 42 - Para obtenção do alvará o proprietário ou seu representante fará um requerimento à Prefeitura, indicando, o local em que vai construir, reconstruir ou reformar a obra, a espécie e a dimensão desta, o tempo necessário para a conclusão do trabalho apresentando os seguintes elementos:

- a) plantas de cada um dos pavimentos e dependências, na escala ,mínima de 1:100. - Nestas plantas serão indicados os destinos de cada um dos compartimentos com as respectivas cotas;
- b) planta do porão, se o edifício o comportar;
- c) desenho de elevação da fachada principal, gradis ou muros voltados para as vias públicas ou para outros logradouros públicos na escala mínima de 1:50,

- se o prédio a ser construído for contíguo a outros, o projeto deverá trazer o desenho de metade da fachada de cada um desses prédios na mesma escala e com indicação das dimensões principais;
- d) desenho dos cortes transversais e longitudinais suficientes para perfeita compreensão do projeto, na escala de 1:50;
 - e) planta da locação em que se indicam a posição do edifício a construir em relação as linhas limítrofes do lote e a linha Norte-Sul, na escala de 1:250;
 - f) planta da situação, em relação as esquinas mais próximas, com indicação das distâncias, na escala de 1:1000;
 - g) quando a Prefeitura o exija, os cálculos de resistência e estabilidade da obra;
 - h) Prova de que o respectivo terreno já se acha registrado e lançado no cadastro da Cidade ou localidade ou, em falta de registro, planta e memorial de medição do terreno, segundo modelo adotado pela Prefeitura, para efeito do respectivo registro;
 - i) Memorial descritivo, destino da obra e especificação dos materiais a empregar.

Parágrafo Único: O proprietário declarará no requerimento, que se sujeitará a todas as determinações deste Código, sob as penas nele estabelecidas.

Art. 43 - Os projetos serão assinados pelo proprietário ou seu procurador, pelo construtor e pelo respectivo autor, apresentados em tantas vias quantas forem necessárias e desenhadas com nitidez, em papel heliográfico.

§1º - Os construtores só poderão assinar os projetos como responsáveis pela obra se forem registrados nos termos das disposições deste Código.

§2º - Tratando-se de plágio de projeto, planta ou fachada de prédio (característico), já existente no município, não será permitida a construção da obra até que o proprietário prove o direito de reprodução na obra.

Art. 44 – As escalas exigidas não dispensam o emprego de cotas para indicar as dimensões dos diversos compartimentos, pés direitos, posições das linhas limítrofes, prevalecendo as cotas se houver divergência entre as cotas e a medida correspondente feita pela escala de desenho, sobre estas.

Art. 45 - Nos projetos de reforma, acréscimo ou reconstrução serão apresentados:

- a) a tinta preta, as partes conservadas;
- b) a tinta vermelha, as partes novas;
- c) a tinta amarela, as partes a demolir;
- d) a tinta azul, os elementos de ferro e aço;
- e) a tinta "terra de siena", as partes em madeira;
- f) a tinta lilás claro, as partes em cimento armado, sujeitas a cálculo de resistência e estabilidade.

Art. 46 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Seção III

APROVAÇÃO, ALVARÁ E DESTINO DOS PROJETOS.

Art. 47 - Se os projetos não estiverem completos ou apresentarem apenas pequenas inexatidões ou equívocos, o interessado será chamado para esclarecimentos. Se findo o prazo de oito (8) dias úteis não forem apresentados os ditos esclarecimentos, e satisfeitas as exigências legais, o requerimento será indeferido.

§1º - As retificações serão feitas de modo que não haja emenda nem rasuras.

§2º - No caso de retificação nas peças gráficas o interessado poderá apresentar em separado desenhos em duas vias, devidamente autenticadas de acordo com o art. 42, para serem colocados aos desenhos primitivos. Não serão aceitos os desenhos retificados em papel que não comporte, por suas dimensões reduzidas, a necessária autenticação e nem correções sobre os desenhos por meio de tintas.

Art. 48 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 49 - Depois de aprovado o projeto, as peças gráficas constantes do mesmo serão todas rubricadas pelo chefe da Diretoria de Obras, ficando uma via das mesmas arquivada na Prefeitura, outra entregue à parte, depois de satisfeitos os emolumentos e a terceira será remetida ao departamento de saúde Pública do estado.

§1º - A expedição do alvará será publicada no jornal em que a Prefeitura fizer a publicação do seu expediente.

§2º - Os construtores são obrigados a ter, no local das obras, os alvarás e as plantas aprovadas, a fim de exibi-las ao funcionário encarregado da fiscalização, sempre que for exigido.

Art. 50 - Os alvarás não utilizados no prazo de seis (6) meses, deverão ser revalidados, mediante requerimento, sujeitando-se aos novos alinhamentos e nivelamentos e mais disposições que vigorarem na ocasião do pedido de revalidação.

Parágrafo Único: A alvará poderá ser cassado pelo Prefeito, sempre que houver motivo para isso.

Seção IV

MODIFICAÇÕES DOS PROJETOS APROVADOS.

Art. 51 - Para modificações parciais na planta aprovada, que alterem partes essenciais ou linhas arquitetônicas do edifício, é necessária aprovação do projeto modificativo assim como expedição de novo alvará de construção.

Art. 52 - Se durante a construção e reconstrução, o proprietário pretender modificar o plano aprovado, só poderá fazê-lo mediante as formalidades prescritas nos artigos anteriores, depois de pagos emolumentos proporcionais às modificações.

Art. 53 - Tratando-se de pequenas alterações de projetos ainda em execução, a Prefeitura poderá dispensar novo alvará, desde que não ultrapasse os limites máximos e mínimos das partes consideradas essenciais na construção a saber:

- a) altura máxima do edifício;
- b) altura mínima dos pés direitos;
- c) espessura mínima das paredes;
- d) superfície mínima do piso dos compartimentos;
- e) superfície mínima de iluminação;
- f) máximo de saliências;
- g) dimensões mínimas das áreas, corredores e saguões.

Parágrafo Único: É obrigatório, neste caso, a comunicação à Diretoria de Obras mediante apresentação da planta já aprovada com as modificações a serem introduzidas.

Capítulo V

DO REGIMENTO DAS CONSTRUÇÕES.

Seção I

DA CONDUÇÃO E REMOÇÃO DE MATERIAIS.

Art. 54 - Sem prévia licença da prefeitura, não é permitida a colocação de terras, madeiras e quaisquer materiais na via pública.

Parágrafo Único: A Prefeitura designará os lugares próprios para se fazer depósito de restos de materiais e terras.

Art. 55 - O material destinado às construções não poderá permanecer na via pública por mais de vinte e quatro (24) horas, sem licença especial da Prefeitura.

§1º - Os construtores que tiverem licença para depositar, nas ruas, materiais destinados às respectivas construções, deixarão espaço suficiente para o trânsito público e circulação de veículos, devendo, à noite, iluminar o local por meio de luz vermelha.

- §2º - Os materiais deverão ser transportados para o local da obra proporcionalmente ao desenvolvimento da construção, de modo que não fiquem acumulados na via pública nem prejudiquem o trânsito.
- §3º - A via pública, em frente à obra, deverá ser mantida em perfeito estado de limpeza.

Seção II

DOS TAPUMES E ANDAIMES.

Art. 56 - Nenhuma construção, demolição ou reforma poderá ser feita no alinhamento da via pública, sem que se levante um tapume em sua frente.

Parágrafo Único: Poderá a Prefeitura dispensar a exigência deste artigo nas vias públicas de pouco movimento ou, quando se tratar de construções de um pavimento só.

Art. 57 - A licença para construção de tapumes e andaimes será dada juntamente com o alvará da obra.

Art. 58 - A Diretoria de Obras poderá exigir projetos completos de andaimes com os respectivos cálculos de resistência e estabilidade, quando julgar conveniente, sendo obrigatório a apresentação de tais projetos e cálculos, quando se tratar de andaimes para grandes obras, tais como igrejas, fábricas, chaminés, pontes, etc.

Art. 59 - É proibido carregar os andaimes com peso excessivo de material ou pessoal.

Art. 60 - Os andaimes não podem ocultar lampiões da iluminação pública, aparelhos de serviço público e placas de nomenclatura de ruas.

§1º - As lâmpadas da iluminação, as instalações de serviço público, postes e as árvores serão protegidos de modo a evitar-se que se estraguem. Quando for indispensável retirar ou afastar lâmpadas, postes ou árvores, para execução de qualquer serviço, o interessado deverá pedir providências à Prefeitura, correndo as despesas por sua conta.

§2º - As placas de nomenclatura de ruas e as lâmpadas de iluminação serão fixados nos andaimes em lugar visível, enquanto durar a construção.

Art. 61 - Os andaimes e demais aparelhos da construção serão removidos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a terminação das obras, ou no prazo de 15 (quinze) dias após a paralisação das mesmas, salvo se essa paralisação for imposta pelo mau tempo ou outras circunstâncias de força maior.

Parágrafo Único: Não será considerado caso de força maior a falta de material para a construção, salvo se o interessado provar que essa falta decorre de motivos alheios à sua vontade.

Art. 62 - Ao construtor compete manter o passeio e o leito da rua em frente à obra, em perfeito estado de limpeza.

§1º - Se a obra estacionar sem motivo justificado, a juízo da prefeitura, esta mandará vistoriá-la, e se julgar perigosa, intimará o proprietário para que a mande demolir em prazo razoável, sob pena de ser demolida à sua custa, por ordem da mesma Prefeitura. Se a obra estacionada não oferecer perigo, mas for prejudicial à estética da cidade, será o proprietário intimado a concluí-la ou, ao menos, revestir a frente no prazo que lhe for marcado.

§2º - Se o proprietário, no prazo concedido, não executar o serviço da demolição, conclusão ou revestimento da frente ou de toda a obra, conforme o caso, será esta demolida na parte confinante à via pública ou no todo e construído um muro, nas normas deste Código, correndo todas as despesas por conta do proprietário, sendo o custo do serviço com o acréscimo de 10% de administração, lançado em Dívida Ativa para cobrança executiva.

Seção III

DAS DEMOLIÇÕES.

Art. 63 - Nenhuma demolição pode ser feita no limite da via pública, sem prévia licença da Prefeitura e pagamento dos devidos emolumentos.

Art. 64 - Qualquer construção que ameaçar ruína será demolida ou reparada, conforme determina este Código no art. 62 e seus parágrafos.

Art. 65 - Para as demolições serão postas em prática medidas adequadas, de modo a evitar que a poeira incomode os vizinhos e transeuntes.

§1º - É proibido executar demolições com simples emprego de anteparos.

§2º - Compete ao proprietário fazer a limpeza da via pública em toda zona atingida pelas obras.

Art. 66 - Nas vias públicas de maior trânsito, a Prefeitura poderá proibir que se façam demolições durante o dia e às primeiras horas da noite

Seção IV

DAS VISTORIAS.

Art. 67 - A Diretoria de Obras por seus engenheiros e fiscais, fiscalizará as construções de modo que as mesmas sejam executadas de acordo com o projeto aprovado.

- §1º - Após a conclusão das obras, será dada vistoria final, dentro de cinco dias, a contar do recebimento da comunicação a ser feita pelo proprietário ou construtor da obra.
- §2º - Se, concluídas as obras, não for feita a comunicação supra referida, pelos proprietários ou construtor, ambos serão multados de acordo com as disposições deste Código, sem prejuízo da vistoria que será feita pela Diretoria de Obras.
- §3º - Verificando o Engenheiro ou encarregado da vistoria que a planta aprovada não foi observada, intimará o responsável para que a devida regularização, caso as modificações possam ser conservadas, ou para demoli-las caso não o possam ser.

Art. 68 - A Prefeitura poderá autorizar a utilização de partes concluídas da obra em andamento, mediante prévia vistoria, desde que estejam em condições de serem utilizadas e preencham os seguintes requisitos:

- a) Que não haja perigo para o público ou para os habitantes da parte concluída;
- b) que tenham sido observados todos os mínimos fixados neste Código, não só quanto às partes essenciais da construção, como quanto ao número de peças.

Parágrafo Único: Esta licença não será concedida sem que o interessado assine na Prefeitura um termo, obrigando-se a concluir a obra, dentro do prazo que lhe for marcado.

Art. 69 - Os teatros, cinematográficos, circos e outras casas de diversões ou reuniões, não poderão funcionar antes que o interessado requeira vistoria, a fim de que a Prefeitura mande verificar as condições respectivas de segurança, higiene e comodidade.

Parágrafo Único: A Prefeitura, de acordo com a vistoria, ordenará as obras que forem necessárias e, só depois de executadas estas, poderão ser utilizados os referidos edifícios.

Art. 70 - Nenhum prédio novo será habitado, sem que primeiro seja efetuada a vistoria administrativa.

- §1º - O proprietário do prédio ou de casa de aluguel deverá comunicar à Prefeitura, por escrito, sempre que o prédio ou casa ficar desocupada e requerer nova vistoria antes de ocupar ou alugar a sua propriedade.

- §2º - A Prefeitura poderá exigir do proprietário do prédio os reparos ou as modificações que julgar necessárias para segurança e higiene dos habitantes, antes de conceder, mediante o "HABITE-SE", a autorização para ocupação do prédio.

Seção V

DOS CONSTRUTORES.

Art. 71 - Para poderem projetar e dirigir obras no município, os profissionais deverão fazer a respectiva inscrição na Prefeitura, sob pena de multa, ou embargo das obras que iniciarem.

Art. 72 - Só serão admitidos a fazer o registro previsto no artigo anterior, aqueles que estiverem habilitados para exercer a profissão de arquiteto ou construtor, e o provarem de conformidade com as leis e regulamentos federais, aplicáveis à espécie.

Parágrafo Único: As firmas comerciais, companhias ou sociedades anônimas, para explorar a indústria de construções no município, deverão entregar a direção e execução de seus serviços a profissionais legalmente habilitados e devidamente registrados, na forma do artigo 72.

Art. 73 - Toda edificação em que haja ossatura metálica, concreto armado, fundações especiais ou dificuldades que a tornem de responsabilidade técnica, podendo comprometer a segurança pública ou privada, a juízo da Diretoria de Obras, só poderão ser dirigidas por engenheiro ou arquiteto que tenham diploma conferido pelas escolas oficiais do Brasil, Institutos Técnicos Nacionais ou estrangeiros, reconhecidos oficialmente no Brasil.

Art. 74 - O Registro de construtor será feito uma só vez mediante requerimento ao Prefeito e pagamento da taxa de Cr\$ 50,00. Anualmente será publicado no jornal em que se fizer a publicação do expediente da prefeitura a lista completa dos construtores.

Art. 75 - Além de embargo da obra em execução, a Prefeitura denunciará ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) os construtores que infringirem qualquer disposição de lei ou determinações constantes da respectiva licença ou que:

- a) edificarem sem projeto aprovado, salvo as exceções expressamente consignadas em lei, ou em desacordo com os projetos aprovados;
- b) incorrerem em três multas, na obra, por infração do presente Código, no prazo de sessenta dias;
- c) prosseguirem edificações ou construções embargadas;
- d) alterarem as especificações indicadas no memorial e as dimensões das peças de resistência que tenham sido aprovadas pela Diretoria de Obras;
- e) modificarem os projetos das instalações domiciliares e dos encanamentos de água ou esgoto aprovados pela Diretoria de Obras;
- f) deixarem de por de acordo com as plantas aprovadas, as obras que, indicadas com a permissão do artigo 48, estiverem em desacordo com ditas plantas;

- g) assinarem projetos como construtores e não dirigirem efetivamente as obras, entregando a terceiros, salvo se a mudança de direção for comunicada à Diretoria de Obras, por escrito;
- h) praticarem faltas devidas à imperícia, capazes de comprometer a segurança pública ou particular.

Art. 76 - O proprietário e o construtor são solidariamente responsáveis, perante a Prefeitura, por qualquer infração das disposições legais.

Art. 77 - Todo aquele que construir, reformar ou fizer modificações em edifícios ou obras, clandestinamente, será intimado a não prosseguir e a demolir o que estiver em desacordo com este Código , ficando sujeito às demais penalidades que lhe forem aplicáveis.

Art. 78 - No local de qualquer edifício haverá, uma placa em lugar visível ao público em que indiquem o nome e endereço do construtor. Esta placa terá a dimensão de 0,60 x 1,20 e é isenta de imposto de publicidade.

Capítulo VI

DAS CONDIÇÕES GERAIS DO PROJETO.

Art. 79 - Por lei especial poderá ser estabelecido nas ruas centrais, um número mínimo de pavimentos nos edifícios a serem construídos.

Parágrafo Único: Nenhuma reconstrução será permitida nessas ruas, sem que se adapte o edifício ao disposto na lei sobre o número de pavimentos.

Seção II

SALIÊNCIAS.

Art. 80 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 81 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 82 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Seção III

ARQUITETURA DAS FACHADAS.

Art. 83 - O estilo arquitetônico e decorativo é livre, dentro dos limites do decoro público e das regras de arte, a juízo da Prefeitura, ficando para tal fim, instituída a censura estética dos edifícios.

§1º - Todas as vezes que a Prefeitura julgar conveniente, poderá submeter à critica de uma comissão de estética as fachadas apresentadas, e negar aprovação àquelas que forem rejeitadas pela mesma comissão.

§2º - A comissão de estética será de três membros, da exclusiva escolha do Prefeito e recairá em profissionais sempre que possível, ou em pessoas de cultura que a exercerão "pró honore".

Art. 84 - Nenhuma planta de prédio a ser construído em alinhamento de logradouro público, poderá ser aprovada, se não houver janelas nas respectivas fachadas, ou não tiverem estas as dimensões regulamentares.

Art. 85 - As fachadas que se caracterizarem por um único motivo arquitetônico não poderão receber pintura de cores diferentes, que desfaçam a harmonia do conjunto.

Art. 86 - As fachadas secundárias, visíveis das vias públicas, os gradis, etc., terão tratamento arquitetônico análogo ao da fachada principal.

Art. 87 - O proprietário que construir com recuo do alinhamento, pondo a descoberto as paredes laterais dos prédios vizinhos, deverá revesti-los em harmonia com as respectivas fachadas, ou com o ambiente criado pela obra construída, conservando-as em toda a extensão visível da via pública.

Art. 88 - As linhas mestras arquitetônicas, construídas por cornijas, etc., serão estabelecidas de modo tal que:

- a) formem o mesmo motivo arquitetônico entre dois prédios contíguos;
- b) quando não for possível a coincidência exigida na alínea anterior, os motivos arquitetônicos terão, no limite dos prédios, remate conveniente, de modo que se evite o mau efeito de diferenças bruscas de nível, exigindo-se também o torneamento das saliências (molduras, beirais, etc.) para que não se dê a terminação das mesmas em planos vertical normal à fachada.

§1º - Igual aprovação se exige para os cartazes, emblemas e letreiros de qualquer espécie, a serem afixados nos edifícios.

§2º - A Prefeitura poderá exigir, quando julgar necessário, uma descrição ou desenho deste emblema, cartaz ou letreiro, indicando as dimensões, cores, meio de colocação e outros detalhes que permitam julgar da conveniência ou não, da exibição pretendida, tendo em vista o efeito do anúncio ou letreiro sobre a estética da cidade ou sobre a paisagem do local.

- §3º - Sobre as fachadas só será permitida a colocação de placas, tabuletas ou letreiros discretos, referentes ao negócio, indústria, ou profissão exercida, sendo vedada a colocação de anúncio em qualquer parte das mesmas fachadas, desde que alheio a esse ramo de negócio.
- §4º - Os quadros com anúncios luminosos, artisticamente executados, serão permitidos, a juízo da Prefeitura, se não prejudicarem a estética das fachadas e as condições de iluminação dos edifícios. Os anúncios luminosos não devem ter intensidade de luz que ofusquem a vista dos transeuntes e os condutores de veículos.

Art. 89 - Nenhum anuncio poderá ser colocado nas árvores, postes, monumentos dos logradouros públicos ou em bancos dos jardins.

Capítulo VII

CONDIÇÕES PARTICULARES DOS PROJETOS.

Seção I

DAS HABITAÇÕES EM GERAL. SUPERFÍCIES MÍNIMAS. ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO.

Art. 90 - As habitações serão construídas com material que lhes garantam a necessária segurança e condições de higiene.

Art. 91 - O terreno deverá ser preparado de modo a facilitar o escoamento das águas.

Art. 92 - Em torno das habitações, junto às paredes, será feita, à superfície do solo, uma faixa impermeável de 16 centímetros de largura, no mínimo.

Parágrafo Único: Em torno das dependências, a faixa externa poderá ser de 14 centímetros de largura.

Art. 93 - É concedido à Diretoria de Obras o direito de entrar na indagação dos destinos da obra, em seu conjunto e em seus elementos componentes, e o de recusar a aceitação daqueles que forem julgados inadequados ou inconvenientes, sob os pontos de vista de segurança, higiene e salubridade da habitação, quer se trate da peça de uso noturno quer de uso diurno.

Art. 94 - Todos os dormitórios deverão ter aberturas exteriores providas de venezianas, ou de dispositivos próprios que lhes assegure a renovação do ar.

Art. 95 - Os aposentos e salas de qualquer habitação devem:

- a) ter área mínima de 6 metros quadrados, salvo nas casas populares;
- b) ter forma tal que contenha, em plano, entre os lados opostos ou concorrentes, um círculo de raio igual a (1) metro;
- c) apresentar as paredes concorrentes, formando ângulo mínimo de sessenta (60) graus.

Art. 96 - Todos os aposentos terão sempre aberturas para o exterior, em plano vertical, de modo que recebam luz e ar diretos, satisfazendo as prescrições deste Código.

§ 1º - Nenhuma janela ou porta com o fim de iluminar compartimento pode ser aberta para saguões ou corredores, sem que haja, normalmente ao paramento externo das paredes, nesse ponto, a distância mínima livre de 1,50 m.

Art. 97 - A superfície de iluminação e ventilação limitada pela face interna dos marcos das janelas e portas de cada compartimento, deverão ser proporcionais a suas áreas, e não poderão ser inferior a:

- a) 1/8 (um oitavo) para vãos dando para a via pública, áreas ou suas reentrâncias em paredes olhando para o Norte, ou alinhadas no rumo Norte-Sul;
- b) 1/7 (um sétimo) para vãos nas mesmas condições da alínea "a" quando rasgados em paredes voltadas para o Sul;
- c) 1/6 (um sexto) para vãos dando para saguões ou suas reentrâncias, rasgados em paredes voltadas para o Norte ou alinhadas no rumo Norte-Sul;
- d) 1/5 (um quinto) para os vãos nas mesmas condições da alínea "c" quando rasgados em paredes, voltadas para o Sul.

§1º - Os limites marcados nas alíneas deste artigo poderão ter uma redução de:

- a) 20% (vinte por cento) para os vãos dos compartimentos destinados a depósitos de mercadorias e garagem;
- b) 10% (dez por cento) para vãos dos compartimentos destinados a corredores antecâmaras, caixas de escada, quarto de banho e privadas.

§2º - As disposições do presente artigo poderão sofrer alterações em compartimentos de edifícios especiais, como galerias de pinturas, ginásios, salas de reunião, áticos de hotéis e bancos, estabelecimentos comerciais e industriais, nos quais serão exigidos ar e luz de acordo com o destino de cada um.

Art. 98 - Não serão permitidas as clarabóias como meio de iluminação.

Art. 99 - Nas aberturas que deitarem para alpendres, varandas ou pórticos, a superfície de iluminação e ventilação, deverá ser a mais, em um quarto (1/4) da área prevista no art. 97.

Art. 100 - Nas habitações com pé direito até 4 metros, a face inferior da verga da janela ficará, no máximo, a 40 centímetros do teto. A largura entre os montantes

das janelas não será inferior a 80 centímetros, salvo tratando-se de corredores, antecâmaras, caixa de escada, quarto de banhos e privada.

Art. 101 - O espaço do terreno que não for ocupado por construções deverá ser nivelado, de modo que as águas pluviais possam ter pronto escoamento.

Seção II

DOS PÉS DIREITOS, ALTURA E LARGURA DOS EDIFÍCIOS.

Art. 102 - Os pés direitos mínimos serão regulados pelo seguinte padrão:

- a) *Revogado pela Lei 1605/85*
- b) *Revogado pela Lei 1605/85*
- c) *Revogado pela Lei 1605/85*
- d) Andares superiores 2,80 metros
- e) Áticos..... 2,50 metros

§1º - Em dormitórios o pé direito mínimo será de 2,80m.

§2º - No ático, o pé direito mínimo de 2,50 metros, é exigido apenas em metade da superfície do respectivo compartimento.

Art. 103 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 104 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 105 - Em regra, nenhum prédio de um só pavimento terá menos de cinco (5) metros de largura, devendo ser de 5,00 metros a largura mínima para sobrados.

Seção III

DAS COLUNAS E VIGAS.

Art. 106 - As colunas e vigas, que sustentarem assoalhos, paredes, ou qualquer outra parte da construção, que interesse à segurança do edifício, não podem ser de madeira ou outro material combustível.

Seção IV

A) - CONDIÇÕES GERAIS DOS PAVIMENTOS DOS PORÕES.

Art. 107 - Não serão admitidos porões que tenham pé-direito inferior a dois metros.

Art. 108 - Quando houver necessidade de a construção elevar-se acima do solo, sem permitir um pé-direito de dois (2) metros será o espaço aterrado por meio de camadas de terra isenta de substância orgânica.

Art. 109 - Os porões cujo pé-direito esteja compreendido entre dois (2) metros e dois e meio (2,50) metros, serão considerados utilizáveis, não podendo, contudo, servir de dormitório.

Art. 110 - Os porões utilizáveis terão o piso impermeabilizado com camada de material isolante, a qual terá espessura mínima de dez centímetros (0,10) se for de concreto.

Art. 111 - As faces das paredes dos porões serão revestidas, interna e externamente, de argamassa de cimento, com traço de 1:3, ou equivalente, a juízo da diretoria de Obras, até trinta (30) centímetros de altura, pelo menos, a contar do nível externo do terreno, podendo o restante ser rebocado e caiado.

Art. 112 - Os porões utilizáveis deverão ter iluminação e aeração suficiente, por meio de aberturas de dimensões adequadas.

Parágrafo Único: Estas aberturas, bem como alçapões nos passeios, dependem, para sua colocação, de prévia licença da Prefeitura.

Art. 113 - Os porões dos prédios construídos no alinhamento da rua, não poderão ter portas que se abram diretamente para a via pública.

Art. 114 - Quando o porão for destinado à instalação de garagem, o forro será de concreto armado.

B) - REZ DO CHÃO.

Art. 115 - O rez do chão terá o nivelamento de 10 centímetros, no mínimo, acima do passeio.

Parágrafo Único: No rez do chão são permitidos compartimentos de permanência diurna e de dormir, se dispuserem de suficiente pé-direito e insolação, e de fins comerciais, se tiverem pé-direito mínimo conforme o artigo 108.

Art. 116 - No rez do chão devem ser observadas as seguintes disposições:

a) possuir uma privada, convenientemente instalada;

- b) os pisos dos compartimentos destinados a salas e dormitórios deverão ser assoalhados.

Parágrafo Único: Sempre que o rez do chão não tiver comunicação interna com o pavimento superior, esse será considerado como habitação à parte.

C) - DAS LOJAS SOBRELOJAS.

Art. 117 - Nas lojas são exigidas as seguintes condições gerais:

- a) possuir uma privada, pelo menos, convenientemente instalada;
 - b) não terem comunicação direta com gabinete sanitário ou compartimentos de dormir.
- §1º - Será dispensada a construção de privada quando a loja ou armazém for contíguo à residência do comerciante e tiver acesso independente.
- §2º - A natureza do revestimento do piso e das paredes dependerá do gênero de comércio para que forem destinadas.

Art. 118 - As privadas poderão ser também agrupadas em qualquer espaço livre, e independente de passagem obrigatória por qualquer peça que não seja corredor, hall, etc. .

Art. 119 - Nas lojas é permitido a construção de galerias ou passadiços, guarnecidos de balaustres, desde que:

- a) a largura do respectivo piso não exceda de um metro e vinte (1,20);
- b) o pé-direito da parte inferior não fique menor que 2 metros;
- c) não cubra mais de 1/5 da superfície da loja, salvo se, não tendo largura superior a 80 centímetros, constituam simples passadiço ao longo de estantes ou armações junto às paredes;
- d) quando, para depósito de mercadorias, tenham resistência comprovada por cálculo aprovado pela Diretoria de Obras;
- e) não sejam, em qualquer tempo, fechadas por divisão de qualquer natureza em substituição à balaustre.

Art. 120 - Nas lojas serão admitidas divisões de madeira, a juízo da diretoria de Obras Públicas, desde que as divisões atinjam o teto.

Art. 121 - Nas sobrelojas só pode haver compartimentos de permanência diurna.

D) - DOS ANDARES SUPERIORES E ÁTICOS.

Art. 122 - Os andares destinados a habitação diurna e noturna deverão, em cada pavimento, dispor de uma privada, no mínimo, satisfazendo cada peça às condições deste Código, de acordo com o respectivo destino.

- §1º - Em cada grupo de dois pavimentos imediatamente superpostos, a privada é dispensada em um deles, quando no outro não houver mais de três compartimentos de habitação noturna.
- §2º - A concessão do § anterior não se aplica aos embasamentos e lojas, assim como às sobrelojas e andares destinados a escritórios ou usos comerciais. Em todos esses pavimentos é obrigatório a existência de uma privada, pelo menos.

Art. 123 - Nos áticos, quando divididos em compartimentos, são exigidas as seguintes condições gerais:

- a) pé-direito mínimo de dois metros e meio (2,50);
- b) serem arejadas por janelas em plano vertical medindo, no mínimo, 1/8 da superfície do compartimento;
- c) terem tetos revestidos ou forrados.

Seção V

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA OS COMPARTIMENTOS.

A) - DO NÚMERO DE COMPARTIMENTOS.

Art. 124 - Toda habitação particular deve ter pelo menos um aposento, uma cozinha e um compartimento para privada e banheiro.

B) - ENTRADAS E CORREDORES.

Art. 125 - Entrada é o átrio, vestíbulo, corredor ou passagem constituindo acesso a uma habitação.

- §1º - A largura mínima será de um metro, salvo nos corredores internos das "casas populares" e nas passagens de serviços, de compartimentos não excedentes de quatro metros, em que poderá ser de oitenta centímetros.
- §2º - Nas habitações particulares, os corredores que tiverem mais de oito metros de comprimento receberão luz direta.
- §3º - Nas habitações múltiplas, as entradas e corredores de uso comum terão a largura mínima de 1,20 metros.

Art. 126 - Nas habitações múltiplas, cada uma das entradas comuns terá, em cada pavimento, uma janela pelo menos, recebendo luz direta do exterior.

- §1º - Essa abertura será rasgada no topo da entrada, de modo que a luz penetre na direção do eixo desta.
- §2º - Quando as aberturas forem localizadas nas paredes laterais, não poderão ter afastamento superior a seis metros.
- §3º - As aberturas previstas no § anterior não poderão ter menos de oitenta centímetros de largura e 1,50 metros de altura, devendo ser provida de folhas completas e móveis.

C) - DAS ESCADAS E ELEVADORES.

Art. 127 - As escadas deverão ter a largura mínima de oitenta centímetros, salvo nas habitações múltiplas em que esse mínimo será de 1,20 metros.

Parágrafo Único: As escadas em caracol só serão toleradas nas comunicações para os sótãos, torres e terraços.

Art. 128 - Nas habitações múltiplas, cada caixa de escada comum será ventilada por meio de janelas ou aberturas para o exterior. Terão também ventilação pela parte superior.

Art. 129 - Nas habitações múltiplas, teatros, cinematógrafos e em igrejas ou em qualquer casa de reuniões, bem como nos prédios destinados, no todo ou em parte, a estabelecimentos comerciais ou industriais, as escadas principais serão construídas com material incombustível.

Art. 130 - As dimensões dos degraus das escadas devem obedecer à relação 2 vezes a altura mais o piso variável entre 62 e 64 centímetros. Essas dimensões por motivo justificado, poderão ser alteradas tendo-se em mira permitir fácil acesso a escoamento em caso de pânico.

Parágrafo Único: Um patamar intermediário é obrigatório desde que o número de degraus exceda a dezenove.

Art. 131 - Em todas as edificações de 3 ou mais pavimentos, a escada será de material incombustível.

Art. 132 - Quando o edifício tiver mais de três andares, é obrigatória a instalação de elevador, que deverá obedecer às seguintes prescrições:

- a) ter em lugar visível, em língua vernácula, a indicação da capacidade em quilogramas ou em número de pessoas;
- b) serão construídos de modo a não poderem funcionar estando abertas as portas da caixa e do carro;
- c) deverão dispor de aparelhos que permitam a parada instantânea do carro, em caso de ruptura dos cabos, sem produzir choques.

Art. 133 - A existência de elevadores não dispensa a construção de escadas.

Art. 134 - Nenhum elevador poderá funcionar sem que a Prefeitura expeça a competente licença, mediante requerimento do interessado.

§1º - Para que a licença seja concedida deverão ser preenchidas as formalidades seguintes:

- 1) vistoria;
- 2) que o elevador satisfaça às exigências do art. 138 deste Código.

§2º - Concedida a licença, a Prefeitura fornecerá um certificado da mesma que deverá ser fixado, em lugar visível, no carro do elevador.

D) - COZINHAS, COPAS E DESPENSAS.

Art. 135 - As cozinhas devem satisfazer às seguintes condições:

- a) ter pé-direito mínimo de 2,50 metros e as áreas mínimas de:
 - 4 metros quadrados nos apartamentos;
 - 5 metros quadrados nas casas populares;
 - 6 metros quadrados nas habitações residenciais;
 - 9 metros quadrados nos porões;
 - 10 metros quadrados nos hotéis;
- b) ter o teto de material incombustível, quando existir pavimento na parte superior;
- c) ter as paredes até a altura mínima de um metro e meio revestidas de material incombustível, impermeável e liso;
- d) não ter comunicação direta com dormitório ou privada;
- e) ter ventilação assegurada permanentemente por dispositivos especiais;
- f) a abertura em duas partes livres e superfície de iluminação igual a 1/5 da superfície do piso e a abertura com dimensões não inferiores a oitenta centímetros.

Art. 136 - O piso das cozinhas será ladrilhado devendo as fendas ter enchimento de material resistente, liso e impermeável.

Art. 137 - As chaminés terão altura suficiente para que a fumaça não incomode os vizinhos, contudo, a diretoria de Obras, poderá em qualquer tempo, considerando os seus inconvenientes, determinar modificações necessárias.

Art. 138 - O trecho das chaminés, compreendido entre o forro e o telhado e o que atravessar paredes e tetos de estuque, tela ou madeira, não poderão ser metálicos, salvo quando isolados com material adequado com área nunca inferior a um metro quadrado.

Art. 139 - As copas das habitações de classe residencial devem ter superfície mínima de oito metros quadrados. Nas casas "populares" a superfície mínima das copas

e despensas será de quatro metros quadrados, com um metro e cinquenta centímetros de largura mínima.

Art. 140 - As despensas não poderão ter comunicação direta com privadas, banheiros ou dormitórios.

E) - DOS BANHEIROS E PRIVADAS.

Art. 141 - Os compartimentos destinados exclusivamente a privadas terão 1,50 metros quadrados de área mínima, quando no interior da habitação, e 1,20 metros quadrados, quando em anexo.

Art. 142 - Todos os compartimentos destinados a privadas, receberão luz direta e terão ventilação por meio de janelas.

Art. 143 - Os compartimentos destinados exclusivamente a quartos de banho terão a área mínima de três metros quadrados.

Art. 144 - Os compartimentos destinados a privadas e banheiros, conjuntamente, terão a área mínima de quatro metros quadrados.

Art. 145 - Os compartimentos de banho ou privada terão, sempre, os pisos e parede, estas até altura de 1,50 metros, revestidos de material liso e impermeável.

Art. 146 - Os compartimentos de banho e privada não poderão ter comunicação direta com a cozinha e despensa.

Art. 147 - O pé-direito mínimo dos compartimentos destinados a privadas e banheiro será de 2,50 metros.

Parágrafo Único: Quando houver vários compartimentos com privadas, separadas por paredes, como no caso de colégios, clubes, estações, hotéis, estabelecimentos comerciais ou industriais ou edifícios congêneres, será suficiente que a superfície total do cômodo, dividida pelo número de privadas, dê um coeficiente igual ou superior a 2 metros quadrados. Entre a parede superior dessas subdivisões e o teto, ficará aberta uma altura correspondente a um terço (1/3), no mínimo, do pé-direito do cômodo, devendo este ter janela ampla, torneira e ralo. As paredes deverão ter dois metros de altura mínima.

F) - DAS GARAGENS NAS HABITAÇÕES PARTICULARES.

Art. 148 - As garagens, nas habitações particulares, ficam sujeitas às seguintes prescrições em geral, no que lhe for aplicável:

- 1) as paredes:
 - a) serão de material incombustível;
 - b) terão área mínima de dez metros quadrados, com 2,50 metros de largura mínima, podendo ser construída de meio tijolo;
 - c) terão piso revestido de material liso e impermeável, permitindo franco escoamento às águas de lavagens.
- 2) as fossas para lavagens, se as houver:
 - a) terão ralo e sifão hidráulico, devendo ser ligadas à rede de esgoto onde houver;
 - b) quando houver outro pavimento na parte superior terão o teto de material incombustível;
 - c) não podem ter comunicações diretas com nenhum outro compartimento.
- 3) as garagens e os depósitos de essências:
 - a) quando instalados em porões, além do teto de material incombustível, deverão ter abertura para o exterior que facilite a saída dos gases de combustão;
 - b) não poderão ter comunicação direta para o pavimento superior.

G) DOS GALINHEIROS E TANQUES DOS LAVADOUROS.

Art. 149 - Os galinheiros na zona urbana, serão instalados fora das habitações, e terão o solo do poleiro impermeabilizado e com a declividade necessária para o escoamento das águas da lavagem.

§1º - Os poleiros deverão ficar no mesmo nível, não sendo permitido poleiros em forma de escadas.

§2º - Os galinheiros receberão a luz direta por meio de aberturas de dimensões nunca inferiores a 1/3 da superfície do piso e serão construídos em alvenaria ou madeira de boa qualidade, caiada, se possível.

Art. 150 - Os tanques para lavagem de roupa poderão ser construídos e anexo à parte posterior do edifício ou junto às divisas dos fundos do terreno, quando este não der para vias públicas e:

- a) ficarão sob coberta e serão revestidos de material impermeável, de modo a evitar a infiltração e estagnação das águas;
- b) deverão ter uma faixa cimentada ao redor e ser ligadas à rede de esgotos, onde existir.

Art. 151 - Não será permitida a canalização das águas dos tanques de lavagem de roupas às fossas sépticas e muito menos deixar que a água servida corra pelas sarjetas das vias públicas.

- §1º - Havendo rede de águas pluviais, serão as águas residuais, para aí canalizadas.
- §2º - Não havendo rede de águas pluviais, serão as águas residuais, canalizadas para poço absorvente, se o solo for permeável e para coletor natural se o solo for impermeável.

Seção VI

DAS ÁGUAS E ESGOTOS, POÇOS E CISTERNAS.

Art. 152 - Nas construções feitas nos alinhamentos das vias públicas, as águas pluviais, as dos telhados, terraço e balcões, vertendo sobre as mesmas, serão canalizadas.

Parágrafo Único: Os condutores nas fachadas sobre as vias públicas, serão embutidos nas paredes, em uma altura mínima de três metros, salvo se for de ferro fundido ou de material igualmente resistente.

Art. 153 - As águas serão canalizadas por baixo dos passeios até as sarjetas ou coletores especiais.

Art. 154 - É obrigatória a ligação da rede domiciliar com as redes gerais de água e esgoto, quando tais redes passarem pela frente do edifício.

- §1º - Quando, na zona urbana, a rede de esgotos não passar em frente ao edifício, será obrigatória a construção de fossas sépticas, de acordo com as prescrições das leis sanitárias do Estado, que devem ficar afastadas no mínimo de cinco (5) metros das divisas.
- §2º - Quando não houver rede de distribuição de água potável esta poderá ser obtida por meio de poços perfurados no terreno, à montante das fossas, e destas afastadas um mínimo de dez (10) metros.

Art. 155 - Nos serviços de águas pluviais, potáveis e servidas, e de esgoto de qualquer natureza, as canalizações, tanto no trecho interno como no externo, assentamento de aparelhos, de canos, calhas, condutores, reservatórios, etc., ficam sujeitos em tudo que lhe for aplicável, ao Regulamento dos Serviços de Profilaxia da Febre Amarela do Brasil.

Art. 156 - As fossas obedecerão às prescrições das respectivas leis sanitárias do Estado e as determinações que a Prefeitura julgar conveniente.

Parágrafo Único: É obrigatória a construção de fossas sépticas na conformidade das leis municipais em vigor.

Art. 157 - Enquanto não houver água potável canalizada, serão permitidos os poços que tiverem água pura e que sejam convenientemente protegidos.

Parágrafo Único: Tais poços e cisternas deverão ficar cobertos ou soterrados, e sempre que possível, revestidos, internamente, com material impermeável e sem fendas, até o nível inferior normal da água e externamente, na parte que fica sobre a terra, também assim revestido de uma faixa cimentada ao redor, numa largura de 0,80 m.

Art. 158 - A abertura de poço para qualquer fim, no perímetro da cidade e vilas, depende de prévia licença da Prefeitura .

Capítulo VIII

DAS CONDIÇÕES PARTICULARES DAS CONSTRUÇÕES.

Seção I

DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES DE ALVENARIA.

A) - TIJOLOS.

Art. 159 - O tijolo pode ser de barro, sílico calcário ou de cimento, com as dimensões mínimas de 24 x 11,50 x 5,25 centímetros.

Art. 160 - O tijolo de barro deverá ser bem queimado, sem apresentar partes vitrificadas; a sua carga de ruptura, por compressão não será inferior a 40 quilos por centímetro quadrado, em média e, individualmente, a 30 quilos por centímetro quadrado. Esta prova se fará com o material colocado ao chato. A média deverá ser tomada em cinco provas pelo menos. A absorção da água não excederá a 20% sobre tijolos em condições normais, imersos em água durante 24 horas, ou 15% sobre tijolos previamente aquecidos, entre 100 a 200 graus centígrados, e imersos com uma de suas extremidades descobertas.

§1º - Tijolos de resistência inferior podem ser empregados nas partes não submetidas a carga, como tabiques e enchimentos.

Art. 161 - Nas alvenarias, os tijolos quebrados não podem exceder a 15% dos tijolos inteiros.

B) - AREIA.

Art. 162 - A areia para argamassa será lavada, granulosa, isenta de barro, terra ou matéria orgânica. A Diretoria de Obras manterá em local acessível aos interessados, um mostruário dos padrões de areia aprovados.

Parágrafo Único: Se não existir esse material no território do Município e for elevado preço do que venha sendo adquirido fora, poderá na mistura da argamassa entrar uma percentagem de areia de pedra triturada, ficando sujeito à multa de Cr\$ 200,00 o construtor que usar material contrariamente às especificações do presente Código, além do embargo das obras e respectiva demolição.

C) - CAL.

Art. 163 - A cal deverá ser isenta de impureza e completamente enxuta na obra, antes do emprego.

D) - CIMENTO.

Art. 164 - O cimento deverá satisfazer as especificações do Laboratório Oficial do Ensaio de Materiais, podendo a Diretoria de Obras exigir em obras de importância, a verificação, por experiência em Laboratório especial, na proporção de um ensaio para cada lote de 50 barricas ou 200 sacos. As provas mecânicas serão facultativas, a juízo da Prefeitura.

E) - ARGAMASSA.

Art. 165 - As argamassas serão constituídas de cal e areia ou de cimento e areia, ou de cal, cimento e areia.

- §1º - A argamassa de cal deverá ter, em volume, uma parte de cal em pasta e, no máximo, quatro partes de areia.
- §2º - A argamassa de cimento, para alvenaria de tijolo ou pedra, será formado de cimento e areia na proporção de uma parte de cimento, para no máximo, 5 (cinco) de areia.
- §3º - Não será permitido o emprego de argamassa, em cuja composição entre barro ou saibro, salvo nas zonas suburbanas e rural.

F) - CONCRETO.

Art. 166 - Para o preparo do concreto, o cimento e a areia deverão ter as qualidades exigidas por este Código. A pedra britada ou pedregulho deverá ser livre de impurezas e passar em anel de cinco centímetros.

G) - MADEIRA.

Art. 167 - A madeira para construção será seca , sem buracos, fendas e quaisquer defeitos que lhe possam diminuir a resistência.

§1º - Deverão ser tomadas as precauções necessárias para impedir o esmagamento da madeira nas superfícies de apoio.

§2º - A Diretoria de Obras poderá exigir desenhos, especificações, cálculos, etc., do madeiramento das construções.

H) - FERRO E AÇO.

Art. 168 - As peças de ferro e aço, correntemente usadas em construções deverão preencher as especificações gerais das repartições técnicas ou institutos especializados do país.

Seção II

DOS ALICERCES.

Art. 169 - Sem prévio saneamento do solo, nenhum edifício pode ser construído, sobre terreno.

- a) úmido e pantanoso;
- b) que haja servido para depósito de lixo;
- c) misturado com húmus ou substâncias orgânicas.

Art. 170 - Em terrenos úmidos serão empregados meios para evitar que a umidade suba aos alicerces e ao piso e paredes dos porões.

Art. 171 - Nenhum alicerce será construído próximo a morro, em distância menor de três metros da base do mesmo, salvo o caso de haver muralha que o ampare convenientemente.

Parágrafo Único: A construção de prédio ou qualquer obra sobre morro, obriga o proprietário às medidas de segurança que a Prefeitura exigir, a fim de evitar o escorregamento do terreno.

Art. 172 - Os alicerces das edificações serão construídos em terreno firme ou previamente consolidado e de acordo com as seguintes disposições:

- a) tratando-se de terrenos comuns, serão consolidados por compressão feita com massa de noventa quilos pelo menos;

- b) as dimensões que deverão figurar no projeto devidamente cotadas, serão tais que a carga sobre o terreno não exceda aos limites estabelecidos neste Código. A profundidade mínima será de cinquenta centímetros. No alinhamento da rua a profundidade mínima será de um metro;
- c) o material será pedra ou tijolo com argamassa ou concreto;
- d) antes de iniciado o levantamento das paredes mestras, os alicerces serão revestidos por uma camada de material impermeável.

Art. 173 - Se no caso de alínea "b" do artigo anterior houver dúvida sobre a qualidade do solo, a Diretoria de Obras poderá exigir sondagens ou ensaios diretos, por conta do proprietário, ou do construtor, arquivando-se o resultado juntamente com o projeto.

Art. 174 - No caso de alicerces sobre estacaria, serão registradas as dimensões de cada estaca, assinaladas estas por número de ordem em planta anexa ao projeto, e constando do registro o número de pancadas, peso e altura de queda do macaco, e a penetração correspondente às duas últimas pancadas. Esse registro será arquivado juntamente com o projeto.

Seção III

DAS PAREDES.

Art. 175 - As paredes dos prédios serão construídas com alvenaria de pedra, tijolo, concreto armado ou não, ou material análogo.

Art. 176 - As espessuras mínimas das paredes em alvenaria de tijolos para edifícios até três (3) pavimentos serão de:

- a) trinta (30) centímetros ou um (1) tijolo, nos dois (2) pavimentos superiores, e quarenta e cinco (45) centímetros ou um e meio (1 1/2) tijolo no pavimento inferior, para as paredes externas, de fachada ou não.
- b) dez (10) centímetros ou um terço (1/3) de tijolo quando suspensa a parede em armadura especial para o último pavimento, quinze (15) centímetros ou meio (1/2) tijolo para os pavimentos inferiores nas paredes internas de simples divisão.

§1º - Para edifícios de mais de três pavimentos deverá ser adotada estrutura de concreto ou metálica.

§2º - Para casas econômicas ou populares as espessuras poderão obedecer a outras especificações.

Art. 177 - Quando houver pavimento de pé-direito superior a 3,50 metros, as espessuras exigidas deverão ser reforçadas de maneira que satisfaçam às necessárias condições de resistência e estabilidade.

Art. 178 - As paredes dos edifícios de um pavimento deverão obedecer as seguintes condições:

- a) um tijolo nas paredes externas;
- b) meio tijolo nas paredes internas, constituindo divisão principal;
- c) um quarto (1/4) de tijolo nas paredes divisórias internas quando os painéis não ultrapassarem um metro e meio de largura.

Art. 179 - Quando o edifício for dividido em habitações distintas, as paredes divisórias entre essas habitações, serão de um tijolo no mínimo, e serão elevados do forro ao telhado com meio tijolo no mínimo.

Art. 180 - Quando as paredes forem de alvenaria de pedra as espessuras, além do mínimo de cinquenta centímetros, deverão atender às exigências para alvenaria de tijolo.

Art. 181 - Quando as paredes não forem construídas de tijolo ou pedra, as respectivas espessuras serão calculadas em função do material empregado e a carga que tiverem de receber. Todos os cálculos constarão do memorial de que fala o artigo 42, letra i, deste Código. A Diretoria de Obras, poderá, neste caso exigir que o interessado apresente desenhos pormenorizados, em escala conveniente.

Art. 182 - Nas construções destinadas a armazéns, fábricas, oficinas, etc., que eventualmente possam receber sobrecargas especiais, ou esforços repetidos e vibrações, as espessuras das paredes serão calculadas de modo que garantam perfeita estabilidade e segurança do edifício.

Art. 183 - Serão admitidas, mediante prévia aprovação, divisões de madeira em peças de uso diurno, como escritórios, consultórios, etc. desde que cada uma das subdivisões fique com as condições de iluminação, ventilação e insolação exigidas por este código, com a superfície mínima de nove (9) metros quadrados, e não recaia sobre a divisão, carga alguma do pavimento superior.

§1º - Se as divisões a que se refere o artigo anterior não proporcionarem aos compartimentos resultantes da subdivisão, as condições aí enumeradas, não poderão elas ter altura além de dois terços (2/3) do pé direito. Neste caso o vão entre o teto e a parede poderá ser vedado por tela de arame de malhas largas.

§ 2º- As divisões de madeira a que se refere o parágrafo anterior, deverão ser envernizadas ou pintadas.

§3º - Desde que seja dado destino diverso ao indicado e permitido para os compartimentos que resultarem das divisões, a Prefeitura poderá exigir que seja retirada a divisão de madeira.

Art. 184 - Todas as paredes das edificações serão revestidas interna e externamente de camada de rebôco ou de material apropriado, salvo nas paredes externas quando o estilo exigir material aparente ou quando for de tijolo prensado, sílico calcário, cantaria ou forros de pedra.

Parágrafo Único - É proibido forrar as paredes com papel pintado ou material semelhante.

Art. 185 - As paredes contíguas aos terrenos de nível superior serão revestidas de material impermeável, de modo a evitar infiltração e conseqüente umidade.

Seção IV

DOS PISOS E VIGAMENTOS.

Art. 186 - Toda superfície do solo a ser ocupado por edificações será revestida com camada isolante, de material liso e impermeável assente sobre camada de concreto de dez (10) centímetros de espessura e declividade suficiente para o escoamento das águas.

Parágrafo Único - É obrigatória a construção de calçada com largura de sessenta (60) centímetros, inclusive sarjeta, para escoamento das águas pluviais.

Art. 187 - Os pisos ladrilhados repousarão sobre abobadilhas, lajes de concreto armado, terreno natural ou aterro. Nestes dois últimos casos, o piso repousará em camada de concreto com dez (10) centímetros, no mínimo, ou lastro e tijolo, em argamassa.

Art. 188 - Os pisos de madeira serão construídos em barrotes ou tacos embutidos.

§1º - Quando sobre o terreno ou aterro, os tacos ficarão assentados em concreto de dez (10) centímetros de espessura, com superfície perfeitamente alisada, revestida por uma camada de pixe ou material equivalente.

§2º - Quando o piso estiver sobre lajes de concreto armado, o vão entre a laje a as tábuas será preenchido com material adequado ou concreto.

Art. 189 - Os barrotes terão o espaçamento máximo de cinquenta (50) centímetros de eixo, sendo embutidos às paredes a uma profundidade mínima de meio (1/2) tijolo.

Parágrafo Único: A Secção dos barrotes será calculada em função do vão livre e da carga que deva suportar.

Art. 190 - As vigas principais metálicas deverão ser embutidas nas paredes, apoiadas em coxins de trinta (30) centímetros de largura mínima, em toda a extensão do apoio.

- §1º - Os coxins serão constituídos por placas metálicas, concreto ou cantaria, com dimensões justificadas pelo cálculo.
- §2º - As vigas serão pintadas com duas mãos de tinta antiferruginosa, e terão dimensões compatíveis com a carga que suportarem. A Diretoria de Obras exigirá a apresentação dos cálculos de resistência, quando julgar conveniente.

Seção V

DAS COBERTURAS.

Art. 191 - A cobertura dos edifícios será feita com materiais impermeáveis, imputrescíveis e maus condutores de calor.

- §1º - É permitido o emprego de chapas galvanizadas, zinco ou material análogo nas construções que não se destinem à habitações, como grandes armazéns, depósitos., etc.
- §2º - O declive dos telhados de telha de barro, não será inferior a 25%.

Art. 192 - As armações dos telhados serão projetadas de acordo com os vãos livres e cargas fixas e eventuais que devam suportar, podendo a Prefeitura exigir a apresentação dos respectivos cálculos.

Seção VI

DESTINOS DOS PRÉDIOS, SOBRECARGAS E COEFICIENTES DE SEGURANÇA.

Art. 193 - A Diretoria de Obras poderá fazer indagações sobre o destino da construção e sobre os elementos componentes desta, assim como impugnar os que forem julgados inadequados ou inconvenientes, quanto à salubridade do mesmo edifício ou dos edifícios vizinhos.

Art. 194 - As edificações no todo ou em parte só podem ter o destino e a ocupação indicadas no alvará de construção.

Parágrafo Único: A mudança de destino e aumento das sobrecargas estabelecidas, dependem, mediante requerimento prévio, de licença da Prefeitura que determinará o que for necessário ou conveniente para garantir a segurança e higiene do prédio e dos que dele se servirem.

Art. 195 - A Diretoria de Obras poderá estabelecer as sobrecargas máximas permitidas nos pisos dos pavimentos construídos antes da promulgação do presente Código e marcá-los em lugar visível, no próprio prédio.

Art. 196 - Os diversos materiais e elementos de uma construção deverão ter a estrutura e dimensões que lhe permitam resistir aos esforços que sobre eles se aplicarem.

Art. 197 - O trabalho admissível para os diversos materiais de construção será a relação entre a carga de ruptura e um dado coeficiente de segurança.

Parágrafo Único: Quando as peças não estiverem sujeitas a choques e vibrações, os coeficientes de segurança, são os indicados nas alíneas seguintes:

- a) quatro (4) para as peças de forro forjado, laminado ou aço, submetidas a compressões ou a esforços transversais;
- b) seis (6) a oito (8) para peças de ferro fundido, submetidas a compressões em chapas e colunas curtas, de comprimento 15 vezes o diâmetro ou lado menor; quando a relação exceder o limite referido, as colunas deverão ser calculadas por uma das fórmulas conhecidas;
- c) quatro (4) para as peças de madeira submetidas a compressão em postes curtos;
- d) seis (6) para peças de madeira sujeitas a esforços de tensão e transversais, ou postes, submetidos a compressão;
- e) dez (10) para pedras naturais ou artificiais, alvenaria ou concreto simples;
- f) seis (6) para assoalhos ou construções de abóbadas de tijolo, concreto ou material semelhante, suportados por vigas.

Art. 198 - Qualquer suporte temporário, usado em obras de construção ou reformas, será suficientemente resistente à carga que lhe vá ser imposta, com um coeficiente de segurança nunca inferior a cinco.

Art. 199 - Os limites das cargas sobre terrenos de fundação, são os seguintes, em quilos por centímetros quadrados:

- a) vinte e dois (22), para rochas;
- b) seis (6), para piçarra e areia incompressível;
- c) quatro (4), para argila compacta e seca;
- d) dois (2), para terrenos comuns, secos e comprimidos rigorosamente, de acordo com o art. 97.

§1º - Quando tratar-se de terrenos fracos, esse limite deverá ser determinado por provas de carga.

§2º - A carga admissível sobre estacarias será determinada em função das últimas penetrações, pela fórmula dos Engenheiros holandeses:

$$\frac{P.H}{R - 20.h}$$

sendo:

R = Resistência do solo;
 P = Peso do macaco;
 H = Altura de queda do macaco;
 h = Penetração.

Art. 200 - A determinação da carga sobre estacarias, poderá, a juízo da Diretoria de Obras, ser feita por meio de fórmulas adotadas em outros países ou outros Estados, e indicadas por autores de renome.

Art. 201 - Os limites do trabalho a compressão, nas alvejarías serão os seguintes, em quilos, por centímetro quadrado:

- a) cinco (5), para alvenaria de tijolo comum;
- b) dez (10) a quinze (15), para alvenaria de tijolo prensado;
- c) cinco (5), para alvenaria de pedra comum, com argamassa de cal;
- d) dez (10), para mesma alvenaria com argamassa de cimento de 1:4;
- e) quarenta (40), para cantaria de granito de facas planas e anguladas;
- f) vinte e cinco (25), para concreto simples de cimento.

Art. 202 - As sobrecargas mínimas admitidas nos cálculos de resistência dos assoalhos ou lajes, serão as seguintes, em quilos por metros quadrados, em superfície do piso:

- a) quinhentos (500) nas salas de reuniões, tribunas, anfiteatros, etc., sem assento fixo ao piso, assim como nos respectivos corredores de passagem;
- b) trezentos e cinquenta (350) nos mesmos compartimentos da alínea anterior, quando os assentos forem fixos aos pisos;
- c) duzentos (200) nos compartimentos principais das casas de habitação e 100 nos dormitórios e demais dependências;
- d) quatrocentos (400) nos balcões descobertos ou nos beirados, dando sobre a via pública;
- e) quinhentos a dois mil (500 a 2.000) nos armazéns e fábricas;
- f) trezentos (300) nos escritórios em pavimentos altos dos edifícios comerciais e nas salas de reuniões;
- g) duzentos e cinquenta (250) nas salas de aula (escolares);
- h) mil (1.000) na parte superior dos compartimentos de porão sobre via pública;
- i) cem (100) nas coberturas.

Parágrafo Único: Em casos especiais de armazéns, fábricas, oficinas ou outros edifícios em que houver instalações de máquinas ou depósitos de objetos de grande peso, as sobrecargas poderão ser aumentadas, a juízo da Diretoria de Obras.

Art. 203 - Todos os elementos horizontais dos pisos, incluindo vigas principais, serão calculados para resistência à soma do peso próprio e das sobrecargas indicadas no artigo anterior.

Seção VII

DO CONCRETO ARMADO.

Art. 204 - Para execução de todas as obras em concreto armado, serão observadas as condições técnicas constantes do regulamento da Capital do Estado.

Parágrafo Único: Para conhecimento dos interessados a Diretoria de Obras terá sempre à disposição dos mesmos, instruções relativas a este artigo.

Art. 205 - O projeto de qualquer obra em concreto armado compreenderá memorial e planta em duas vias. Em casos especiais poderão ser exigidos detalhes.

Art. 206 - A planta será visada pelo Diretor da Diretoria de Obras ou pelo seu substituto, sendo uma das vias entregue ao interessado que a conservará no local da construção juntamente com o projeto geral da obra.

Seção VIII

DAS CONSTRUÇÕES DE MADEIRA.

Art. 207 - As edificações de madeira terão paredes duplas, com um colchão de ar mínimo de 0,10m que , nos casos indicados, será ocupado por substância a juízo da autoridade sanitária.

- §1º - O número máximo de seus pavimentos é de dois; a altura máxima, de cinco (5) metros e a superfície máxima coberta, de cem (100) metros quadrados.
- §2º - Repousarão tais edificações sobre baldrame de alvenaria, com setenta centímetros de altura mínima em qualquer ponto, a partir da calçada.
- §3º - Ficarão elas afastadas cinco (5) metros, no mínimo, de qualquer ponto das divisas do lote e dez (10) metros também, no mínimo, de qualquer outra edificação de madeira já existente ou com projeto aprovado dentro ou fora do lote.
- §4º - As condições de higiene julgadas necessárias serão atendidas na forma que for indicada pelas autoridades competentes.

Art. 208 - Pequenas edificações de um só pavimento, cobrindo área inferior a vinte (20) metros quadrados, e não destinadas a habitação noturna, só poderão ser edificadas fora do perímetro urbano, não se lhes aplicando os dispositivos anteriores.

Art. 209 - Todas as partes de madeira das edificações deverão distar quinze (15) centímetros pelo menos das chaminés, estufas e canalização de gases ou líquidos quentes.

Capítulo IX

DAS CONSTRUÇÕES PARA FINS ESPECIAIS

Seção I

DAS CASAS POPULARES.

Art. 210 - As casas populares agrupadas, constituindo "Vilas", só poderão ser construídas fora das principais ruas da cidade, sujeitas a recuo obrigatório de quatro (4) metros (*Revogado pela Lei 1605/85*).

Art. 211 - As casas previstas no artigo anterior deverão satisfazer às seguintes condições:

- a) dispor, no máximo, de uma sala, dois aposentos, uma cozinha e dependência para privada e chuveiro;
- b) ter a área máxima, nas salas e aposentos, de quarenta metros quadrados;
- c) no caso de um só aposento, ter este doze metros quadrados;
- d) havendo dois aposentos, um, pelo menos, terá dez metros quadrados.

Art. 212 - As edificações poderão constituir agrupamentos, desde que:

- a) cada agrupamento, ou cada prédio isolado, não fique a menos de um metro e cinquenta centímetros (1,50) das divisas dos lotes vizinhos;
- b) as paredes de meação dos prédios que formem agrupamentos tenham espessura mínima de um tijolo;
- c) em qualquer caso, as paredes serão elevadas até atingir a face interior da cobertura.

Art. 213 - A espessura mínima das paredes, será de 0,15m as externas, e 0,10m as internas, salvo o disposto no art. 212 letra b.

Art. 214 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Seção II

DAS HABITAÇÕES COLETIVAS.

A) - DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 215 - Em toda habitação coletiva haverá, na proporção de um para cada grupo de 20 pessoas, gabinete sanitário e instalações para banhos quentes e frios,

devidamente separados para um e outro sexo, obedecendo aos requisitos exigidos pelos artigos 141 a 147.

B) - DAS CASAS DE APARTAMENTOS.

Art. 216 - Nos apartamentos de um só aposento, este terá a área mínima de dezesseis metros quadrados.

Parágrafo Único: Se o apartamento se compuser de dois ou mais aposentos, um deles e terá, no mínimo dez (10) metros e os demais oito (8) metros quadrados.

C) - DOS HOTÉIS E CASAS DE PENSÃO.

Art. 217 - Além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, os hotéis e casas de pensão deverão preencher aos seguintes requisitos:

- a) todos os dormitórios deverão ter, pelo menos, nove metros quadrados e serão providos de lavatórios com água corrente;
- b) os apartamentos desde que tenham um dormitório com dez metros quadrados, poderão ter outros com o mínimo de oito;
- c) as paredes das cozinhas, copas, banheiros, privadas e mictórios, serão revestidas, até a altura de um metro e cinquenta centímetros de azulejos ou material análogo, a juízo da Diretoria de Obras.

Art. 218 - É proibido a subdivisão de cômodos de qualquer natureza, com pano ou madeira.

D) - DOS HOSPITAIS, MATERNIDADES E CASAS DE SAÚDE.

Art. 219 - Os hospitais, maternidades, casas de saúde e seus anexos serão afastados dez metros, no mínimo, do alinhamento e das divisas.

Art. 220 - Tais estabelecimentos, quando construídos em pavilhões isolados, guardarão entre si distância nunca inferior a vez e meia altura, e serão orientados de maneira que lhes fique garantida a insolação durante três horas em qualquer época do ano.

Art. 221 - Além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, serão observadas, nas construções destes estabelecimentos, as seguintes regras:

- a) as enfermarias terão, de preferência, forma retangular com os ângulos interiores arredondados;
- b) os corredores centrais terão, no mínimo, dois metros de largura e os laterais, a largura de um metro e sessenta centímetros;
- c) o pé-direito terá, no mínimo, quatro metros;

- d) todos os cômodos terão aberturas para o exterior por onde possam receber luz direta, devendo a área total das janelas, de cada cômodo ter, no mínimo, a sexta parte da superfície do piso;
- e) em cada pavimento deverá haver banheiros, lavatórios, pias de despejos e privadas, na proporção de um para doze doentes. Cada enfermaria terá despejo que permita a lavagem dos vasos por meio de jato de água sob pressão;
- f) disporão de uma lavanderia, uma instalação completa de desinfecção e um forno para cremação de lixo e resíduos;
- g) a instalação de necrotério será feita em pavilhão isolado, distante vinte metros, pelo menos, das construções vizinhas e localizadas de modo que o interior não seja visível das habitações próximas;
- h) tendo mais de dois pavimentos, serão estes construídos tanto quanto possível de material incombustível, dotados de aparelhos e dispositivos especiais contra incêndios e providos de elevadores para transporte de pessoas, leitos e macas;
- i) as escadas serão independentes das caixas de elevadores, construídas de material incombustível, com largura livre mínima de um metro e vinte centímetros e em número mínimo de duas.

Art. 222 - Cada enfermaria de hospitais não conterà mais de vinte e quatro leitos e cada doente disporá de uma superfície mínima de sete metros quadrados.

Parágrafo Único: Nos quartos individuais, a superfície mínima será de dez metros quadrados.

Art. 223 - Nas maternidades, observar-se-ão mais os seguintes preceitos:

- a) haverá uma seção completa e independente, com quartos para um só leito, e quartos de trabalho de partos, para tratamento e isolamento das doentes infectadas;
- b) haverá, no mínimo, dois quartos destinados aos trabalhos de parto, além da sala de operações;
- c) haverá quartos com instalações especiais para recém-nascidos.

Art. 224 - Os casos omissos, especiais e não previstos, serão resolvidos de acordo com a autoridade sanitária competente.

Seção III

DOS ESTABELECIMENTOS PERIGOSOS, INSALUBRES OU INCÔMODOS.

A) - DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 225 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 226 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 227 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 228 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 229 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

B) - DISPOSIÇÕES PARTICULARES.

a) - Depósitos de inflamáveis.

Art. 230 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

b) - Das fábricas e oficinas em geral.

Art. 231 - Todos os locais onde trabalhem mais de 20 pessoas serão providos de aparelhos extintores de incêndio e, a juízo da Diretoria de Obras, de dispositivos especiais para dar alarme.

§1º - A natureza e as condições do piso, paredes e forros de estabelecimentos serão determinados pela Prefeitura e pela autoridade sanitária, conforme o processo e circunstâncias do trabalho, de modo a oferecer todos os requisitos de segurança e higiene, e a permitir fácil e eficiente limpeza.

§2º - Sempre que a ventilação for insuficiente, em casos de excesso de temperatura, demasiada umidade ou produção de pó, fuligem, gases e vapores originados do processo de trabalho, será obrigatória a instalação de aparelhos ou dispositivos especiais que evitem, extingam ou reduzam ao mínimo esses inconvenientes, a bem da saúde dos operários.

§3º - O espaço livre reservado para cada operário nunca será inferior a 8 metros quadrados.

Art. 232 - Haverá em todos os estabelecimentos de trabalho uma seção de privadas, para cada sexo e uma de mictórios, sem comunicação direta com os locais de trabalho. As privadas serão na proporção de uma para cada trinta (30) pessoas; os mictórios na de um para cinquenta (50) homens.

Art. 233 - Na construção das fábricas, garagens e oficinas, deverão ser adotados os preceitos gerais, estabelecidos para habitação, no que lhes for aplicável, devendo ainda dispor de:

- a) fossas para receber água de lavagem, ligadas à rede de esgotos, quando houver;
- b) extintores de incêndio em número suficiente a juízo da Diretoria de obras.

Art. 234 - As chaminés de fornalhas, de dimensões acima das comuns em prédios de residências, tais como as de padaria, confeitarias, oficinas, caldeiras, deverão distar sessenta centímetros, pelo menos, das paredes das edificações vizinhas.

Art. 235 - Em nenhuma oficina ou depósito, onde sejam empregadas ou guardadas substâncias de fácil combustão ou produzidos artigos em iguais condições, poderão haver estufas ou chaminés, a não ser que a respectiva fornalha se ache na parte de fora ou esteja encerrada dentro de comprimento isolado.

Art. 236 - Além de outras providências que poderão ser determinadas pelas autoridades sanitárias, os estabelecimentos, fábricas e indústrias ou oficinas deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) não serem instaladas em porões;
- b) o pé direito mínimo para os comprimentos de trabalho será de quatro metros;
- c) a superfície dos vãos de iluminação e aeração será, no mínimo, de um quinto (1/5) de área dos pisos nas salas onde trabalham mais de vinte operários;
- d) as chaminés deverão ter a altura e tiragem suficientes devendo ser dotadas, quando produzam incômodo à vizinhança e a juízo da Diretoria de Obras, de dispositivos apara-fagulhas de funcionamento perfeito.

Seção IV

DAS CASAS DE REUNIÕES E DIVERSÕES PÚBLICAS.

Art. 237 - Nenhum projeto de teatro, cinema e estabelecimento análogo será aprovado, sem que a respeito se pronunciem as autoridades sanitárias.

Art. 238 - Os teatros, cinemas, circos ou outras quaisquer casas de diversões, construídas com caráter permanente ou provisório, não poderão ser franqueadas ao público, sem prévia vistoria, em que sejam verificadas as condições de higiene, segurança e comodidade.

- §1º - A vistoria será requerida pelo interessado à Prefeitura e feita pelo Diretor de Obras ou por técnico que este designar. Só depois de atendidas as exigências determinadas pela vistoria, será concedida a devida licença.
- §2º - Caso não se conforme com as exigências que se fizerem, o requerente poderá pedir nova vistoria, sendo os peritos designados pelo Prefeito.
- §3º - Depois mesmo de expedido a alvará de licença, será este cassado e interditadas tais casas, quando se verifique a falta de quaisquer das condições de higiene, segurança e comodidade estabelecidas, e até que seja sanada a falta observada.

Art. 239 - Os teatros, cinemas e casas de diversões análogas, deverão, além de outras regras e condições contidas neste Código, sujeitar-se às seguintes:

- a) a construção será de material incombustível. Só será empregada madeira ou outro material de possível combustão no revestimento dos pisos, em portas, janelas e corrimãos, em caibros e ripas de cobertura e nas peças de maquinismo e cenários que não possam ser de material incombustível;
- b) todas as portas de saída para as vias públicas, abrirão para fora, e terão uma largura total correspondente à lotação da sala de espetáculo ou reuniões, na proporção de um metro por grupo de cem (100) pessoas. Nenhuma das portas, será de menos de dois metros de largura;
- c) ter internamente, em todos os pavimentos e com fácil acesso, um número suficiente de mictórios, privadas e lavabos para homens, e gabinetes ou toucadores com os aparelhos higiênicos necessários, discretamente colocados, para senhoras;
- d) a iluminação elétrica será instalada de acordo com o regulamento em vigor, havendo circuitos separados para as luzes das portas, corredores, vestibulos, salas de espera e portas de saída;
- e) ser provida de instalação e aparelhamento eficiente contra incêndios.

Art. 240 - Os cinemas só podem funcionar nos andares térreos dos edifícios em que forem instalados.

§1º - Quando houver outro pavimento na parte superior, o teto será de material incombustível bem como as colunas e vigas que suportem o piso do pavimento superior.

§2º - A largura mínima das salas de espetáculos será de 8 metros.

Art. 241 - Quando a casa de diversões destinar-se a uma lotação superior a 500 pessoas, os corredores de circulação e acesso para as frisas e camarotes de 1ª ordem deverão ter a largura mínima de 2,50 metros e os demais, a de 2,00 metros; se destinar a uma lotação menor, estas dimensões poderão ser reduzidas de 20% respectivamente.

Parágrafo Único: Nas platéias haverá passagem ao centro com um metro de largura, e mais duas laterais, com a largura mínima de oitenta centímetros, cada uma.

Art. 242 - As frisas e camarotes deverão ter entradas e saídas independentes das da platéia e galerias.

§1º - As portas não terão fechos, devendo abrir-se para o lado de fora.

§2º - Como auxiliar das portas de utilização ordinária, deverão existir mais, em pontos convenientes e de fácil acesso, portas de socorro, providas de fechos especiais aprovados pela Diretoria de Obras, para casos extraordinários.

Art. 243 - O piso das platéias será em declive, com rampas até 7%.

Parágrafo Único: Neste último caso serão empregadas rampas até o máximo de 7%.

Art. 244 - Todas as cadeiras das casas de diversões serão apropriadas às localidades a que se destinem, assegurando posição cômoda aos ocupantes.

§1º - As da platéia serão sempre de braços e fixas, com assento de 40 x 40 centímetros, no mínimo, tendo movimento automático para facilitar a passagem e deverão atender a declividade do piso.

§2º - As filas de cadeiras terão o afastamento mínimo de 80 centímetros, entre si.

§3º - Em cada fila, entre corredores, não se colocarão mais de 15 cadeiras.

Art. 245 - Só será permitida a instalação de bar ou botequim nas salas de espera, quando bastante amplas e de modo que não dificultem o movimento do Público.

Art. 246 - As escadas de acesso às diversas localidades destinadas aos espectadores terão a largura mínima de 1,50 metros, devendo obedecer às seguintes condições:

- a) serão construídas todas de material incombustível;
- b) serão sempre em lances retos, devendo ter patamares com 1,20 metros de extensão, no mínimo, quando excederem 16 degraus.

Parágrafo Único: O acesso às galerias deverá ser feito por meio de escadas independentes das que servem às demais localidades.

Art. 247 - Além da boa ventilação natural as casas de diversões serão dotadas dos meios artificiais de renovação de ar que melhores resultados possam oferecer, a juízo da Diretoria de Obras.

Parágrafo Único: Cada espectador disporá de 50 metros cúbicos de ar renovado, por hora.

Art. 248 - Nos teatros, a parte destinada ao público será internamente separada da parte destinada aos artistas, não devendo haver entre elas senão as comunicações indispensáveis, com a interposição de portas de ferro que as isole por completo.

§1º - A parte destinada aos artistas deverá ter entrada reta da rua, independente das do público.

Art. 249 - Nos cinemas, a caixa do aparelho ou cabine do operador será construída de material incombustível, terá aberturas necessárias para o serviço e uma porta apenas de ferro, inteira, e instalada de modo que seja fácil ao operador sair e fechá-la, em caso de incêndio.

Art. 250 - No alvará de licença para funcionamento de casas de diversões, deverá constar a lotação das diversas localidades.

Art. 251 - Na medida do possível, os proprietários das casas de diversões já existentes no município procurarão satisfazer às diversas exigências do presente Código, sendo que as obras de reformas e acréscimos só poderão ser feitas com observância delas.

Seção V

DOS ESTABELECIMENTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL.

A) - DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 252 - Os estabelecimentos comerciais ou industriais, onde se fabriquem, vendam ou depositem gêneros alimentícios ou bebidas de qualquer natureza, ficarão sujeitos às disposições seguintes:

- a) os compartimentos em que se preparem ou fabriquem gêneros alimentícios deverão ter as aberturas, teladas à prova de insetos, as paredes revestidas de ladrilhos brancos, vidrados até a altura de 1,50 metros e torneiras e ralos para facilitar a lavagem da parte industrial do prédio, na proporção de um ralo para cada cem metros quadrados do piso ou fração;
- b) as privadas serão privativas, para cada sexo, na proporção de uma para cada 20 pessoas ou fração;
- c) as privadas e mictórios não poderão ter comunicação direta com os compartimentos em que se preparem, fabriquem ou vendam produtos alimentícios, devendo ser as aberturas teladas à prova de moscas, as portas providas de molas que as mantenham fechadas, o piso de ladrilho cerâmico, ou cimento liso, e as paredes revestidas, até 1,50 metros, de material liso e impermeável;
- d) haverá lavatórios de água corrente, na proporção de um para trinta pessoas, como também compartimentos especiais, para vestiário dos empregados;
- e) os manipuladores de gêneros alimentícios, quando em trabalho, são obrigados ao uso de guarda pó branco.

B) - DOS AÇOUGUES E MATADOUROS.

Art. 253 - Uma vez construído o matadouro municipal, só aí será permitido abater gado de qualquer espécie, para o abastecimento da população, no âmbito que for determinado em lei.

Art. 254 - O gado abatido para o consumo público será recolhido, com antecedência de 24 horas, às mangueiras ou pocilgas pertencentes ao matadouro.

Parágrafo Único: O gado recolhido e destinado ao corte deve ter a marca do respectivo marchante, devendo a sua entrada ser registrada pelo administrador do matadouro.

Art. 255 - Os marchantes, sejam ou não deste município, somente poderão abater gado depois de registrar sua marca, pagando o imposto devido à Prefeitura.

Parágrafo Único: Para obter o registro, deve o marchante requerer ao Prefeito o respectivo alvará de licença, juntando ao requerimento um desenho da sua marca.

Art. 256 - A matança do gado será feita pela ordem das entradas e sob a fiscalização do administrador do matadouro.

Art. 257 - O gado que der entrada nas mangueiras do matadouro será examinado tanto no momento de entrada como por ocasião de ser abatido.

Parágrafo Único: O exame será feito pelo veterinário nomeado ou por pessoa idônea designado pelo Prefeito Municipal, ou por funcionário da prefeitura especializado no assunto.

Art. 258 - Será rejeitado o gado ou animal:

- a) que se apresente magro ou cansado ou que revele qualquer doença, bem como que tiver sido recentemente castrado;
- b) que apresente prenhez adiantada e o que tiver parido recentemente.

Art. 259 - Será inutilizado:

- a) o feto de qualquer tempo;
- b) os órgãos em que aparecerem quaisquer produtos mórbidos, acidentais, alguma alteração dos tecidos ou produção verminosa, bem como as partes moles, que se acharem esquimosadas.

Art. 260 - O animal que for rejeitado como impróprio ou nocivo para o consumo será imediatamente retirado. O que parecer suspeito será deixado em observação, pagando o respectivo marchante a taxa devida pela estadia do animal, de acordo com a tabela proposta em vigor.

Art. 261 - Se depois de morto e esquartejado qualquer animal abatido para o consumo, aparecer na carne indício de deterioração ou de moléstia, o administrador fará examiná-lo e se for julgada imprópria para o consumo, será enterrada à custa do respectivo marchante.

Art. 262 - Os couros, chifres, mocotós, barrigadas e outras fissuras serão entregues, logo após ao esquartejamento do animal, ao marchante ou seu representante, desde que este se apresente com o vasilhame necessário e permitido e exiba o talão de pagamento da taxa relativa ao animal abatido.

Parágrafo Único: É proibido secar e salgar couros nos perímetros da cidade, sob pena de multa.

Art. 263 - A carne dos animais abatidos será marcada, recebendo o dono uma guia, não podendo ser a mesma conduzida ou tirada do matadouro senão ao pôr do sol ou depois de sofrer o enxugo suficiente nos tendais existentes do matadouro para isso destinados.

Art. 264 – O transporte de carne será feito em veículo apropriado da Prefeitura e por conta do respectivo marchante ou dono.

Art. 265 – A Prefeitura poderá contratar os serviços de transporte de carne, exigindo que os carros para esse serviço sejam fechados com venezianas e forrados de zinco, tendo varas ou grampos para perdurar a carne. Os carros serão diariamente lavados e asseados interna e externamente e não poderão viajar com a porta aberta.

Art. 266 – Todo serviço de matança, enxugo e limpeza ficara a cargo da Prefeitura e bem assim o de pesagem e transporte da carne para os açougues, pagando o dono do animal a taxa constante da tabela em vigor.

Art. 267 – É permitido aos interessados o ingresso no Matadouro durante o tempo em que se estiver procedendo ao serviço de matança.

Art. 268 – Até que o Município disponha de matadouro, os dispositivos do presente Código, serão aplicados, quando caso, aos matadouros particulares, devidamente licenciados pela Prefeitura Municipal.

Art. 269 – A carne verde ou fresca somente poderá ser posta à venda nos açougues.

Art. 270 – Os açougues deverão ter:

- a) piso revestido de ladrilhos ou mosaicos de cores claras e, na falta desse material, cimento sem nenhuma fenda, com inclinação suficiente ao escoamento das águas de lavagem que serão encaminhadas conveniente para um depósito, de modelo aprovado pela Prefeitura;
- b) as paredes revestidas de ladrilhos ou mosaicos de cores claras, ou, na falta desse material, de cimento branco sem qualquer fenda, até altura mínima de dois metros;
- c) os ângulos internos das paredes entre si ou com o piso arredondados;
- d) as portas, de grades de ferro;
- e) dispositivos telados à prova de mosca, que impeçam a comunicação direta entre a parte destinada a exposição das carnes e o público. E quando isso não seja possível, deve a carne ser colocada em ganchos e ficar suspensa, isolada das paredes e coberta com toalhas limpas ou papel apropriado;
- f) os utensílios em perfeito estado de asseio;
- g) lavatórios em número determinado pela autoridade sanitária, com água corrente, torneiras providas de mangueiras suficientes para limpeza diária de todos os compartimentos.

Art. 271 – Os açougues são obrigados a:

- a) não utilizar-se de machadinhas ou de outro qualquer processo violento que produza a fragmentação de ossos ao parti-los ou ao cortar a carne. Deve ser usada, de preferencia, a serra;
- b) não vender carne de gado abatido no mesmo dia.

Art. 272 – Não será permitido nos açougues o preparo ou fabrico de produtos de carne.

Art. 273 – Não será permitido, no perímetro da cidade, o comercio ambulante de carne verde ou fresca. Alem da multa, apreensão do produto.

Art. 274 – O alvará de licença para o comércio de carne verde somente será concedido pela Prefeitura, quando o açougueiro e o vendedor exhibir, juntamente com o seu requerimento, a competente licença da autoridade sanitária.

C) – DAS FÁBRICAS DE CARNES PREPARADAS.

Art. 275 – As fábricas de carnes preparadas, de produtos derivados e estabelecimentos congêneres, deverão Ter:

- a) torneiras providas de água quente e fria para lavagem dos locais e utensílios;
- b) câmaras frigoríficas de modelo aprovado pela autoridade sanitária e de capacidade para armazenar a produção de seis dias.

Art. 276 – Não serão permitidos tanques e depósitos de cimento, para guardar ou beneficiar carnes e gorduras.

Art. 277 - Nos lugares onde não houver rede de esgoto dar-se-á destino aos resíduos e águas servidas de acordo com o serviço sanitário.

Art. 278 – Nenhum estabelecimento destinado ao fabrico de produtos de carnes poderá funcionar sem licença especial de Prefeitura e sem satisfazer as exigências do serviço sanitário.

Art. 279 – Para obtenção da licença a que se refere o artigo anterior é necessário:

- a) requerer ao Prefeito, juntando um memorial descritivo das instalações projetadas, plantas dos terrenos, da construção e instalações sobre o abastecimento de águas;
- b) indicar a espécie, bem como o numero aproximado de animais que pretendam manipular por dia;
- c) especificar a qualidade dos produtos por fabricar.

Art. 280 - Serão observadas, nos pontos que lhes forem aplicáveis, os preceitos gerais referentes aos estabelecimentos fabris.

Art. 281 – As disposições desta rubrica e das anteriores serão extensivas às charqueadas, nos pontos que lhes forem aplicáveis, a juízo da Diretoria de Obras.

D) – DAS FÁBRICAS E USINAS DE PREPARO E BENEFICIAMENTO DE LEITE E LATICÍNIOS, LEITERIAS E DEPÓSITOS DE LEITE.

Art. 282 – Os estabelecimentos referidos nesta rubrica deverão obedecer às seguintes regras:

- a) terão pisos a ladrilhos e paredes revestidas de azulejos ate a altura de 2 metros, e daí para cima, de reboco fino, com pintura de óleo ou semelhante. No caso de não ser possível o revestimento de azulejo, poderá ser feita a isolamento com cimento branco perfeitamente liso;
- b) terão instalações frigoríficas ou geladeiras de modelo aprovado pelo serviço sanitário.

Art. 283 – A construção e instalação de usinas higienizadoras, deverão atender às prescrições que constarem da legislação estadual, além das seguintes:

- a) a usina será instalada em prédio amplo, especialmente construído ou adaptado, adstrito a todos os preceitos de higiene e técnica, localizado em terreno cuja área seja suficiente para o serviço de carga e descarga do leite e respectivo vasilhamento, e para que os demais trabalhos concernentes à industria sejam feitos dentro do seu perímetro;
- b) o corpo principal da usina estará afastado dos limites do respectivo terreno não menos de oito metros;
- c) o prédio para usina poderá ter vários andares, todos com pé direito mínimo de 4,50 metros;
- d) as aberturas das janelas das usinas serão providas de caixilhos com vidros, e protegidas, na parte externa, de tela metálica de malhas finas que impeçam a entrada das moscas e outros insetos;
- e) todos os compartimentos destinados às instalações tais como de máquinas geradoras de força, vapor frio e os que forem utilizados para limpeza, esterilização ou depósito de vasilhame ou preparo dos vários subprodutos ou laticínios, serão construídos em dependência fora do corpo central da usina, ou pelo menos, completamente separados daqueles em que se operam o preparo e acondicionamento do leite;
- f) a usina será abastecida de água potável e abundante.

Art. 284 – Cada usina será instalada em dependências amplas e apropriadas, como maquinismos para lavagens, esterilização e secagem a vapor de qualquer vasilhame destinado ao acondicionamento do leite, os quais serão previamente aprovados pela autoridade sanitária competente.

Art. 285 – Até que o Município seja dotado de estabelecimentos adequados e enquadrados nas disposições de Código, a Prefeitura tomará a seu cargo o serviço de fiscalização de estúbulos e comércio de leite, baixando determinações atinentes ao assunto.

E) – DAS PADARIAS, FÁBRICAS DE MASSAS, DOCES, REFINAÇÃO DE AÇÚCAR, TORREFAÇÃO DE CAFÉ, E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CONGÊNERES.

Art. 286 – Os estabelecimentos constantes desta rubrica deverão ter:

- a) as paredes das salas de elaboração dos produtos, revestidas de azulejos ou de camada impermeável e lisa até a altura de dois metros e, daí para cima, pintadas com cores claras;
- b) as salas de preparo dos produtos, com aberturas teladas à prova de moscas;
- c) uma privada para cada grupo de 20 pessoas;
- d) lavatórios providos de água corrente, em número suficiente determinado pela autoridade sanitária.

Art. 287 – As máquinas, caldeiras e fornos serão colocados em pontos apropriados, distanciando, os dois últimos um metro, pelo menos, das paredes dos vizinhos.

Art. 288 – *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 289 – As fábricas e oficinas, cuja instalação for permitida dentro da cidade, ou que tiverem sido instaladas antes da vigência deste Código, terão os tubos de chaminés a prumo e com altura superior ao mais alto andar das casas, num raio de 200 metros e devendo ser aumentados sempre que, dentro dessa área, venha a ser construído algum edifício mais alto do que a chaminé existente.

Parágrafo Único: Os proprietários das fábricas já existentes, cujas chaminés não estejam em tais condições, serão obrigados a colocá-las de acordo com as disposições deste artigo, para o que a Prefeitura dará um prazo razoável.

Art. 290 – Os industriais ou todos quantos fizerem uso nos seus estabelecimentos, fábricas e oficinas, de máquinas a vapor, empregarão maquinistas e foguistas habilitados.

Art. 291 – Não poderão ser instalados e postos em serviço, sem licença especial, os geradores de vapor, motores a vapor e recipientes de diversas formas de mais de 100 litros de capacidade, nos quais sejam aquecíveis as matérias a serem trabalhadas, não diretamente pelo contato das chamas, mas pelo vapor gerado em caldeira distinta, condições estas que serão impostas também para as caldeiras de locomóveis.

Art. 292 – O requerimento em que se pedir a devida licença, serão declaradas a procedência de caldeira ou do aparelho, inclusive indicação do respectivo fabricante, gênero de indústria, uso a que se destina, local em que deve ser instalada, número de timbre indicado em quilos por centímetro quadrado, a pressão efetiva do vapor, que não devesse se exercida e finalmente o número de caldeiras, se o estabelecimento ou oficina possuir diversas.

Art. 293 – As caldeiras e aparelhos serão examinados de dois em dois anos, e caso se verifique o mau estado dos mesmos ou a falta de segurança, serão eles condenados e interditado o respectivo funcionamento.

Art. 294 – Serão rigorosamente observadas todas as medidas de segurança relativas ao bom funcionamento das caldeiras e aparelhos instalados. As caldeiras de maior capacidade que as indicadas não poderão ser instaladas em casas ou oficinas com andares superpostos, nem à distância menor de cinco metros de qualquer habitação. As de menor capacidade poderão ser instalados no interior de casas ou oficinas com afastamento, pelo menos, de um metros das paredes do prédio ou casa vizinha, tendo-se em vista a proteção aos vigamentos de madeira superpostos, o mesmo acontecendo em relação aos tubos de vapor e aquecimento.

Art. 295 – Os estabelecimentos industriais que façam uso de energia elétrica ou hidráulica estão sujeitos às disposições desta rubrica naquilo que lhes for aplicável em relação à instalação das máquinas e aparelhos.

Parágrafo Único: Os engenhos ou atafonas acionadas à força hidráulica são, para todos os efeitos, equiparados aos estabelecimentos industriais.

Art. 296 – Na instalação dos maquinários e aparelhos dos estabelecimentos industriais, serão adotadas as regras modernas de proteção aos trabalhadores, sendo as máquinas providas de dispositivos especiais contra acidentes.

Seção VI

DAS COCHEIRAS E ESTÁBULOS.

Art. 297 – As cocheiras e estábulos deverão preencher, além de outras condições deste Regulamento que lhes forem aplicáveis, as que seguem:

- a) só poderão ser construídos dentro do perímetro suburbano;
- b) Serão permitidos dentro do perímetro urbano desde que estejam situados à distancia mínima de 50 metros de habitações, observadas severas condições de higiene;
- c) terão pé direito mínimo de dois metros e meio;
- d) terão piso revestido de material impermeável e resistente e com a inclinação necessária para o franco escoamento das águas;

- e) as suas paredes, sejam de madeira ou de alvenaria, devem sempre apresentar estado de boa conservação com pintura adequada;
- f) não poderão ter comunicação com nenhum compartimento destinado à habitação;
- g) a respectiva superfície de iluminação e ventilação será, pelo menos, um quinto (1/5) da área do piso;
- h) as aberturas que tenham serão vedadas com a tela metálica à prova de insetos;
- i) nas manjedouras, divisões das baias e bebedouros, quando os hajam, serão todos impermeáveis ou impermeabilizados superficialmente, de modo a permitir a sua conservação em bom estado de asseio e a não permitir a estagnação de líquidos;
- j) o depósito de estrume terá capacidade para receber os resíduos de dois dias pelo menos, não oferecendo o risco de absorção ou de infiltração, permitindo fácil limpeza e apresentando fecho ou tampa com junta aderente, à prova de insetos.

Art. 298 – As cocheiras e estábulos construídos anteriormente à promulgação deste Código, serão adaptados aos seus dispositivos ou demolidos, se o não puderem ser, dentro de prazo razoável que o Prefeito fixar, não inferior a sessenta dias.

Seção VII

GARAGENS COMERCIAIS.

Art. 299 – As garagens e oficinas para automóveis estão sujeitas, além das condições expressas no Presente Código e que lhes forem aplicáveis, às seguintes prescrições:

- a) serão inteiramente construídas de material incombustível;
- b) terão, em toda superfície, o piso revestido por uma camada de 12 centímetros de concreto ou por uma calçada de paralelepípedos;
- c) terão a parte destinada à permanência dos veículos inteiramente separada das dependências de administração, depósito, almoxarifado, por meio de paredes construídas de material incombustível;
- d) terão, na parte destinada a depósito de veículos, o pé direito mínimo de cinco metros, devendo satisfazer, nas demais dependências, não só quanto ao pé direito como quanto ao mais, às exigências deste Código no que lhe forem aplicáveis;
- e) terão instalações sanitárias com privadas e mictórios separados e bem assim chuveiros para banho, tudo em número suficiente em relação com a importância da instalação;
- f) disporão de ralos em quantidade e situação conveniente para o escoamento das águas de lavagem, águas essas que não poderão, em caso algum, ser conduzidas para sarjeta de logradouro público;
- g) terão instalação conveniente contra incêndios.

Art. 300 – Só será permitida a instalação de garagens nas ruas que a Prefeitura determinar.

Art. 301 – As atuais garagens e oficinas construídas antes da vigência deste Código, deverão, no que for possível, adaptar-se às respectivas prescrições, ficando entendido que os serviços de reformas ou acréscimo deverão satisfazê-las integralmente.

Capítulo X

DA SEGURANÇA E TRANQUILIDADE PÚBLICAS E DOS BONS COSTUMES.

Seção I

DAS CONSTRUÇÕES, ÁRVORES E OBJETOS QUE AMEACEM RUIR.

Art. 302 – Desde que edifícios, muros, construções ou obras de qualquer natureza indiquem ameaça de ruína, constituindo perigo para vida dos transeuntes, propriedade pública ou particular, ou embaraço para o trânsito, ou que ainda destoem da estética da cidade, a Prefeitura os fará vistoriar, por peritos por ela nomeados, com intimação do proprietário ou seu procurador.

- §1º - À vista do laudo, a Prefeitura, se for caso, mandará intimar o proprietário para, dentro de prazo conveniente, fazer a demolição ou reparos necessários.
- §2º - Se o proprietário não estiver presente, ou não for encontrado, a intimação se fará por meio de edital público no órgão em que se fizer a publicação do expediente da Prefeitura, com o prazo de quinze dias.
- §3º - Se, após a intimação, o proprietário não der início aos serviços ordenados, incorrerá no disposto no § 2º do artigo 62 deste Código, além das multas cabíveis, sendo os serviços necessários ou demolições, feitas pela Prefeitura, por conta do proprietário, cujas despesas deverá este indenizar com o acréscimo de 10% para administração.
- §4º - A Prefeitura providenciará o despejo e interdição, no caso de serem apenas necessários consertos no prédio vistoriado, e desde que esse só constitua perigo para a vida do morador.

Art. 303 – Em caso de ruína iminente, constatada por peritos, a Prefeitura ordenará de pronto a demolição, sem mais formalidades, cobrando do respectivo proprietário as despesas com o despejo e demolição, acrescida de 10% de administração.

Parágrafo Único: No caso de se tratar de ruína resultante de motivo de força maior, as despesas serão indenizadas sem qualquer acréscimo.

Art. 304 – Dentro do prazo fixado na intimação resultante do laudo de vistoria, os interessados poderão apresentar quaisquer reclamações, num requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito.

Parágrafo Único: Enquanto não for dada solução a tais reclamações, constantes do requerimento a que alude o presente artigo, ficam suspensas quaisquer providências, salvo no caso de ruína iminente, quando, independente daquela solução, se procederá de acordo com o que determina este Código.

Art. 305 – As árvores, mastros de antenas etc., que, pela elevação, peso e estado oferecem perigo evidente para o publico, deverão ser derrubadas pelo proprietário do terreno em que estiverem, dentro de 48 horas da intimação da Prefeitura, a qual mandará, se não for atendida, proceder a derrubada, cobrando as despesas do proprietário, com o acréscimo de 10%, e impondo-lhe a multa até Cr\$ 100,00.

Art. 306 – As árvores que, pela sua elevação, peso ou mau estado de conservação, ofereçam perigo ao trânsito público, serão derrubadas pelo proprietário ou morador do prédio a que pertencerem, dentro de 48 horas após a intimação da Prefeitura.

Art. 307 – Nenhum objeto pode ser colocado no lado de fora da casa ou nas portas, de modo a incomodar ou constituir ameaças aos transeuntes, ou dificultar o livre trânsito.

Art. 308 – É proibido ter sobre as janelas ou pendurados, no lado externo do prédio, dando sobre a via publica, vasos com flores, plantas ou gaiolas e outros objetos que possam cair.

Seção II

DOS ANIMAIS SOLTOS E DA MATRÍCULA DE CÃES.

Art. 309 – Será apreendido e recolhido ao depósito Municipal todo animal solto em lugares públicos ou acessíveis ao público, incorrendo o proprietário na multa de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Parágrafo Único: O animal cuja apreensão for perigosa ou impossível, será sacrificado no local onde for encontrado.

Art. 310 – Haverá no Depósito Municipal um livro onde serão registrados os animais apreendidos, com menção do dia, local e hora de apreensão, raça, sexo, pêlo,

cor e outros sinais característicos identificadores. Tratando-se de cães registrados, também será mencionado o número de sua placa de matrícula.

Parágrafo Único: A apreensão de animais de raça ou de elevado custo será publicada pela imprensa; a de cão portador de placa de matrícula será comunicada ao proprietário, por escrito, exigindo-se recibo de entrega da comunicação.

Art. 311 – Dentro do prazo de 4 (quatro) dias, incluindo o da apreensão, poderão os proprietários retirar os animais recolhidos ao Depósito Municipal, desde que provem sua propriedade com duas testemunhas idôneas ou outro meio de prova, e paguem a multa e as despesas de apreensão ou de depósito.

§1º - Os cães apreendidos só serão restituídos depois de matriculados.

§2º - Os cães que não forem retirados dentro do prazo deste artigo, serão sacrificados por processo que lhes evite, tanto quanto possível, o sofrimento.

§3º - Outros animais apreendidos e os cães de raça ou de elevado custo a que se refere o parágrafo único do artigo 310, serão vendidos em hasta pública, depois de decorrido este prazo. Do tal apurado, a Prefeitura se indenizará das despesas de apreensão e depósito e deduzirá a multa correspondente, pondo à disposição do proprietário, por aviso direto ou afixado no lugar de costume, quando aquele não for conhecido, e pelo prazo de 6 (seis) meses a importância restante.

Art. 312 - O animal raivoso ou portador de moléstia contagiosa ou repugnante será sacrificado imediatamente.

Art. 313 - A matrícula de cães será feita na Tesouraria Municipal, mediante o pagamento de taxa anual de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros), em qualquer época do ano, devendo constar do registro o seguinte:

- a) número e ordem de apresentação;
- b) nome e residência do proprietário;
- c) nome, raça, sexo, pelo, cor, e outros sinais característicos do animal.

§1º - Como prova da matrícula, a Prefeitura fornecerá uma placa de metal, da qual constarão o número de ordem e o ano a que se referir e que será colocada na coleira que o cão deverá trazer permanentemente.

§2º - Será cancelada a matrícula não renovada até 31 de dezembro.

Art. 314 - Será obrigatória, anualmente, a vacinação anti-rábica, para o que deverá haver um livro próprio na Prefeitura, com menção do dia em que foi feita a vacina, raça, sexo, pelo, cor e outros característicos do animal, assim como nome do proprietário.

Parágrafo Único: Pela imunização de cada animal será cobrada a taxa de Cr\$ 10,00 a Cr\$ 20,00 (dez a vinte cruzeiros).

Seção III

DA VENDA E GUARDA DE EXPLOSIVOS.

Art. 315 - Não é permitido ter em depósito substâncias inflamáveis ou explosivos fora dos lugares determinados pela Prefeitura e sem licença especial desta e das autoridades policiais.

Art. 316 - Somente serão permitidos depósitos de inflamáveis ou explosivos em casas comerciais, desde que os mesmos fiquem isolados do respectivo prédio e afastados, no mínimo, 10 (dez) metros das vias públicas, contando que as referidas substâncias sejam acondicionadas em pequenas porções, em invólucros de metal comumente usados para este fim.

Parágrafo Único: A casa ou compartimento destinado a depósito deverá satisfazer a requisitos que ofereçam absoluta segurança, sendo as paredes internas revestidas de material à prova de fogo e tendo, na parte externa, sinais e letreiros bem visíveis que avisem do perigo e proibam fumar ou acender fogo nas proximidades.

Art. 317 - É permitido os negociantes de artigos previstos nesta seção conservarem em seus armazéns ou lojas, para vendas a varejo, pequenas quantidades dos mesmos, devidamente acondicionadas em lugar afastado das portas ou janelas e do alcance do público ou fregueses.

Art. 318 - A licença para venda e varejo de substância inflamáveis ou explosivas será especial e determinará quais as substâncias e as respectivas variedades comerciais que poderá o comerciante conservar em seu estabelecimento.

Parágrafo Único: Essa licença deverá ser requerida ao Prefeito, juntando-se, como único e principal documento, a licença fornecida pela fiscalização de armas e munições, quando for o caso.

Seção IV

DA COMODIDADE DOS TRANSEUNTES.

Art. 319 - Ninguém poderá, nos passeios ou calçadas, conduzir ou carregar volumes que, pelo seu tamanho, possam embarçar o trânsito público.

Art. 320 - Ninguém poderá amarrar animais às árvores ou postes, nem mantê-los presos, ainda que provisoriamente, às portas ou janelas, impedindo ou dificultando o trânsito.

Art. 321 - Não é permitido, nos perímetros da cidade:

- a) conduzir pelas vias públicas, animais, ainda que mansos ou domésticos, sem os levar presos a cabresto ou sem que sejam, por outra qualquer forma guiados;
- b) espantar animal que estiver parado ou em trânsito;
- c) fazer transitar tropas ou qualquer grupo de animais, sem que a Prefeitura haja, previamente, determinado as ruas por onde devam passar e o respectivo horário;
- d) amarrar animais ou dar-lhes de comer em qualquer lugar das vias públicas;
- e) fazer descarga e deixar, nas vias públicas, detritos ou restos de embalagens;
- f) atirar nas calçadas ou vias públicas, cascas de frutas, pregos, vidros ou o que quer que possa molestar os transeuntes, causar danos a veículos e prejudicar o necessário asseio;
- g) o transitar de bicicletas, patinetes ou velocípedes sobre as calçadas ou passeios.

Art. 322 - Os moradores do perímetro urbano devem manter varridas e limpas as calçadas ou passeios correspondentes aos prédios que habitam.

Art. 323 - Os arbustos, árvores ou trepadeiras, cujos galhos ou ramos estejam pendentes sobre a via pública ou que excedam a linha geral das fachadas, serão cortados ou podados pelo proprietário ou morador do prédio a que pertencerem, dentro de 48 horas, após a intimação feita pela Prefeitura.

Art. 324 - Não é permitido arrebentar pedras à pólvora ou dinamite, nas proximidades das habitações e nas vias públicas, sem as providências preventivas aconselháveis, como avisos, cartazes, para a segurança dos transeuntes ou de moradores vizinhos.

Seção V

DO SOSSEGO PÚBLICO.

Art. 325 - Não se permitirá, à noite e onde quer que seja o sossego público possa ser perturbado, o uso de buzinas, em veículos, nem discussões em voz alta, ou trabalhos, salvo quanto a estes, se forem permitidos pela Prefeitura.

Art. 326 - Os veículos, especialmente caminhões ou ônibus, não poderão transitar nas ruas do perímetro urbano com escapamento aberto, devendo manter à noite velocidade tão moderada, que possa evitar ruídos demasiados.

Art. 327 - A não ser em “stand” de sociedades que pratiquem o tiro ao alvo, não é permitido atirar com armas de fogo no perímetro urbano.

Seção VI

DOS BONS COSTUMES.

Art. 328 - Não é permitido maltratar, estafar ou espancar animais.

Art. 329 - É proibido riscar, escrever ou desenhar figuras nas paredes, muros, calçadas e postes.

Art. 330 - Aos maiores de oito anos, não é permitido, durante o dia, banharem-se, despidos, em qualquer curso d'água, ou lagoas, à margem de ruas, estradas ou caminhos, e próximo à habitações.

Capítulo XI

DAS INSTALAÇÕES MECÂNICAS.

Art. 331 - Nenhuma instalação mecânica será montada sem prévia licença da prefeitura.

Parágrafo Único: Do requerimento para tais licenças devem constar:

- a) a espécie do motor e suas características (pressão, potência, velocidade) e nome do fabricante;
- b) planta do local onde deve ser instalada;
- c) gênero da indústria a que se destina.

Art. 332 - De posse desses dados devem ser feitas pela Diretoria de Obras as restrições necessárias à segurança material e pessoal de acordo com a técnica.

Art. 333 - Concluídas as instalações será dado pelo interessado comunicação à Diretoria de Obras que mandará verificar se foram obedecidas as prescrições caso tenham sido feitas.

Art. 334 - As caldeiras a vapor e os recipientes de líquidos ou gases em pressão serão submetidos às provas de pressão e terão suas válvulas de segurança seladas e seus manômetros aferidos pelo manômetro padrão da Prefeitura.

Art. 335 - As provas de pressão de caldeira e recipientes sujeitos à pressão, serão feitas, no mínimo, de três em três anos.

Elas podem ser feitas além disso:

- a) quando requeridas pelo proprietário da máquina;
- b) quando a caldeira ou recipiente tenha de voltar a trabalhar depois de parado por prazo superior a um ano;
- c) quando tiver passado por consertos de monta;
- d) quando os selos das válvulas sejam encontrados violados;
- e) quando a Prefeitura tenha motivo para por em dúvida as condições de segurança da caldeira.

Art. 336 - A Prefeitura poderá, sempre que lhe pareça necessário, mandar proceder a vistorias nas instalações, e intimar o proprietário a executar as providências julgadas necessárias à segurança do trabalho, sob pena de suspender-se a licença de funcionamento.

Art. 337 - Ficam aqui ratificadas todas as determinações que proíbam os ruídos prejudiciais à radio recepção.

Capítulo XII

NOMENCLATURA E ARBORIZAÇÃO DAS RUAS E PRAÇAS PÚBLICAS, E NUMERAÇÃO DOS IMÓVEIS.

Seção I

NOMENCLATURA.

Art. 338 - As denominações das vias públicas e logradouros da cidade serão estabelecidas por lei municipal.

- §1º - Em vias abertas por particulares, o interessado poderá submeter à aprovação da Prefeitura, a respectiva denominação.
- §2º - As denominações das vias públicas serão registradas em um livro próprio e qualquer alteração deverá ser aí anotada.
- §3º - Logo que tenha sido dado o nome a uma via pública, serão colocados por conta da municipalidade as placas respectivas:
 - a) nas ruas, as placas serão colocadas nos cruzamentos, duas em cada rua, uma de cada lado, à direita, na direção do trânsito no prédio de esquina ou, na sua falta, em poste colocado no terreno de esquina;
 - b) Nos largos e praças, as placas serão colocadas à direita da direção do trânsito, e nos prédios ou terrenos de esquina com outras vias públicas.

Seção II

NUMERAÇÃO.

Art. 339 - Os prédios de cada rua ou avenida, travessa ou praça serão numerados com algarismos arábicos inscritos em placas colocadas em lugar visível. A numeração das vias públicas será feita de modo que os números pares fiquem de um lado e os ímpares do outro.

Art. 340 - A numeração começará nas extremidades iniciadas nos logradouros públicos em ponto para além do qual não possa haver novas construções urbanas.

Art. 341 - O número será dado pelo número de metros existentes entre o meio do prédio e a extremidade inicial da rua.

Parágrafo Único: Os muros e cercas com portões serão numerados da mesma forma, e se não tiverem portões, receberão números correspondentes ao meio da respectiva testada.

Art. 342 - A entrega da placa de numeração será feita por funcionário da prefeitura, devendo o proprietário ou a pessoa que a receber, assinar o respectivo recibo.

Parágrafo Único: Correrão por conta dos proprietários as despesas das placas, cujo preço será fixado pela Prefeitura e pago à boca do cofre.

Art. 343 - As habitações coletivas terão, além do número de entrada principal, número para cada casa, ou apartamento, de modo que o último número colocado indique o total dessas moradias.

Parágrafo Único: Tratando-se de prédios construídos em vila, em terreno murado ou cercado, de uma só entrada no alinhamento da via pública receberão eles o mesmo número correspondente a entrada principal seguido de uma letra de ordem.

Art. 344 - Haverá na Prefeitura um livro especial para registro da numeração dos prédios e terrenos, de modo que se torne possível, em qualquer tempo, verificar os números que tinham antes de revisões feitas, com as datas referentes às épocas em que vigoravam.

Seção III

ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS.

Art. 345 - As vias públicas, praças, espaços livres do município serão arborizados e ajardinados por conta da municipalidade.

Parágrafo Único: Nas ruas abertas por particulares, com licença da Prefeitura, os proprietários poderão arborizá-las à sua custa, contanto que a arborização satisfaça o disposto no presente Código.

Art. 346 - A arborização e ajardinamento das avenidas e praças serão feitas de acordo com a planta previamente aprovada pela Diretoria de Obras.

Art. 347 - A ninguém é permitido cortar, derrubar ou podar árvores que a municipalidade mandar plantar ou que estiverem sob a proteção pública.

Art. 348 - As árvores plantadas nas vias públicas não poderão servir como suporte de fios.

§1º - Fica igualmente proibido às empresas proprietárias de redes telefônicas ou de energia elétrica, cortarem ou podarem árvores plantadas nas vias públicas, salvo mediante expressa autorização da Prefeitura.

§2º - Nas ruas arborizadas, os fios condutores de energia elétrica ou telefônicos, deverão ser estendidos à distância razoável das árvores, ou necessariamente isolados.

Art. 349 - Por ato da prefeitura qualquer árvore, planta ou bosque, que possua originalidade, idade ou ligação à História do Município que mereça ser conservado, mesmo estando situado em terreno particular, poderá ser posto sob a proteção pública, observadas as disposições do Código Florestal da União.

Parágrafo Único: Da mesma forma a Prefeitura poderá por sob proteção pública, as copas dos morros com belas vistas ou os pontos pitorescos do município, bem como as vias de acesso aos mesmos.

Capítulo XIII

DA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS.

Art. 350 - As florestas e os espécimes vegetais raros, ou de grande porte, existentes no território municipal, constituem bens de interesse público e serão preservados, conforme o disposto neste Código, salvo acordo do município com a União, quanto a funções previstas no Código Florestal.

Art. 351 - É assegurada a proteção às florestas e matas que, por sua localização, servirem a qualquer dos fins seguintes:

- a) conservação do regime de águas;
- b) evitar erosão das terras pela ação de agentes naturais;
- c) fixar dunas;
- d) garantir condições de salubridade pública;
- e) resguardar sítios que, por sua beleza, mereçam ser conservados;
- f) asilar espécimes raros da fauna indígena.

Art. 352 - Estão igualmente sob a proteção do Município, as árvores que, pela sua posição, espécie ou beleza, interessem à coletividade, e mais as matas ou florestas:

- a) que constituírem parques;
- b) em que se encontrarem ou se cultivarem espécimes raros e preciosos pelo interesse biológico ou estético que representem;
- c) as que forem reservadas pelo Governo Municipal, para constituírem parques ou bosques de gozo público.

Art. 353 - As florestas e árvores nas condições previstas nos artigos precedentes, poderão ser declaradas, por lei da Câmara Municipal, de interesse do patrimônio florestal do Município.

Art. 354 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 355 - As árvores situadas em terrenos da zona urbana, ou na margem das estradas, apreciáveis pela anciandade, raridade, ou beleza de porte, não poderão ser cortadas sem licença da prefeitura concedida em pedido escrito, no qual o interessado justifique a necessidade do corte.

Art. 356 - É vedado ainda, mesmo aos proprietários:

- a) deitar fogo em campos ou vegetações de cobertura das terras, nas vizinhanças e capoeirões ou matas, sem licença da autoridade competente e sem observância das cautelas necessárias, especialmente quanto a aceiros, aleiramentos e aviso prévio aos confinantes;
- b) derrubar nas regiões de vegetação escassa, para transformar em lenha ou carvão, matas ainda existentes às margens dos cursos d'água e de estradas de qualquer natureza entregues à serventia pública;
- c) preparar carvão ou acender fogo dentro das matas, sem as precauções adequadas a evitar incêndios;
- d) soltar balões ou engenhos de qualquer natureza que possam provocar incêndios nos campos ou matas;
- e) fazer o corte de qualquer vegetação dentro de um raio de 6 (seis) quilômetros das cabeceiras dos cursos d'água.

Art. 357 - A Prefeitura poderá exigir ou promover , em casos especiais, julgados convenientes, o reflorestamento das derrubadas feitas para lenha e carvão.

Art. 358 - As florestas e árvores que tenham sido objeto de medidas de proteção por parte de autoridades estaduais ou federais dispensam a ação da Prefeitura.

Art. 359 - As leis federais (Código Florestal) ou estaduais servirão, subsidiariamente, à ação das autoridades municipais, nos casos não previstos neste Código.

Art. 360 - Qualquer infração ao disposto neste capítulo, sujeita o infrator a multa de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 1.000,00 (vinte a mil cruzeiros).

Capítulo XIV

DA SAÚDE PÚBLICA.

Art. 361 - O Serviço sanitário do Município tem por fim tornar efetiva a observância das disposições das leis e regulamentos da União e do Estado no que concerne à prevenção e repressão de tudo que possa comprometer à saúde pública, e compreende:

- a) realização de obras, melhoramentos e serviços que satisfaçam, tanto quanto possível, às condições sanitárias do Município, tais como:
 - I - esgoto;
 - II - drenagem das águas pluviais;
 - III - aproveitamento das águas potáveis;
 - IV - drenagem do solo;
 - V - pavimentação das avenidas, ruas e praças;
 - VI - higiene das habitações em geral e dos estabelecimentos comerciais e industriais.
- b) - serviço sanitário das habitações, não permitindo que estas sejam construídas ou reconstruídas sem que o projeto ou planta tenha sido também aprovado pelas autoridades sanitárias competentes;
- c) - exercer fiscalização dos gêneros alimentícios e a polícia sanitária das habitações privadas, coletivas, das fábricas, dos estabelecimentos comerciais e industriais, mercados e feiras, etc., cemitérios e tudo que possa, diretamente ou indiretamente, influir para a saúde pública, respeitada a competência das autoridades sanitárias da União e do Estado;
- d) - organizar e dirigir o serviço de assistência pública em seus diferentes ramos.

Art. 362 - Nenhum estabelecimento industrial ou comercial em o qual se fabriquem, preparem, vendam ou depositem gêneros alimentícios de primeira necessidade e bebidas de qualquer natureza, poderá funcionar sem que tenha satisfeito às exigências das leis e regulamentos sanitários em vigor.

Parágrafo Único: Consideram-se gêneros alimentícios quaisquer substâncias, excluindo os medicamentos, que destinem a ser ingeridos pelo homem. Entendem-se por gêneros de primeira necessidade aqueles que, embora não alimentícios, sejam como tal considerados.

Art. 363 - Nenhum local poderá ser destinado à produção, fabrico, preparo, armazenagem, depósito ou venda de gêneros alimentícios, sem a prévia licença das autoridades sanitárias e da Prefeitura.

Art. 364 - Não poderão ser expostos ao consumo público senão os gêneros alimentícios que se acharem em perfeito estado de conservação e que, por sua natureza, fabrico, manipulação, composição, procedência e acondicionamento, estiverem isentos de nocividade à saúde, isto é, de alteração, falsificação, e deterioração.

Parágrafo Único: Os gêneros considerados nocivos serão apreendidos e inutilizados.

Art. 365 - Consideram-se alterados os gêneros alimentícios:

- a) quando se lhe tiver tirado, embora parcialmente, um dos elementos de sua constituição normal;
- b) quando contiver ingredientes nocivos à saúde ou substância conservadora não autorizada pela autoridade sanitária.

Art. 366 - Consideram-se falsificados os gêneros alimentícios:

- a) que tiverem sido no todo ou parte substituídos por outros de qualidade inferior;
- b) que tiverem sido coloridos, revestidos, aromatizados, ou adicionados de substâncias estranhas, para o efeito de ocultar qualquer fraude ou alteração ou de aparentar melhor qualidade do que a real;
- c) que forem constituídos, no todo ou em parte, de produtos animais degenerados ou decompostos, ou de vegetais adulterados ou deteriorados. Nesta classe, se compreenderão as carnes dos animais não destinados à alimentação ou vitimados por moléstias ou acidentes, que os tornem impróprios ou inconvenientes para o consumo alimentar;
- d) que tiver sido, no todo ou em parte, substituídos em relação aos indicados no recipiente, pelo produtor;
- e) que, na composição, peso ou medida, diversificarem do enunciado nas marcas, rótulos ou etiquetas, ou não estiverem de acordo com as declarações do produtor.

Art. 367 - Consideram-se deteriorados os gêneros alimentícios:

- a) em estado de putrefação;
- b) em estado de rancificação;
- c) em que se verificar qualquer processo de decomposição, ou que, por qualquer outra circunstância, se tiverem tornado impréstáveis para o consumo.

Art. 368 - Deixarão de ser inutilizados os tuberculosos, bolhos ou grãos em estado de germinação, quando se destinarem ao plantio e estiver esse destino declarado no envoltório, de modo inequívoco e facilmente legível.

Art. 369 - Não é permitida engorda nem estadia superior a 24 horas, de porcos na cidade, isto é, em todos os perímetros urbanos e suburbanos, salvo quanto a este, licença expressa da Prefeitura, mediante condições de higienização indispensáveis.

Art. 370 - É proibido lançar nos lugares públicos, bem como nos rios, riachos ou valas, quaisquer detritos, lixo, imundícies, objetos imprestáveis e animais doentes ou mortos.

Art. 371 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 372 - Os animais mortos, mesmo em terrenos particulares das zonas rurais, deverão ser sempre enterrados, pelos respectivos proprietários.

Art. 373 - Os prédios particulares, fábricas, quintais, deverão ser conservados em boas condições higiênicas, e ficam sujeitas a fiscalização periódica pelos órgãos competentes.

Capítulo XV

DA CAÇA E PESCA.

Art. 374 - As espécies zoológicas da fauna terrestre e aquática existentes no território do Município ficam sob a proteção das autoridades municipais, nos termos deste Código.

Art. 375 - É proibido pescar:

- a) com redes ou aparelhos de espera que impeçam o livre trânsito das espécies da fauna aquática, nas barras, rios, riachos e canais ou a menos de cinco milhas de distância dos citados lugares;
- b) com redes ou aparelhos de arrasto de qualquer espécie, tipo ou denominação;
- c) com redes de "arrastão de praia" na pesca interior e nas proximidades das embocaduras dos rios;
- d) com dinamite ou qualquer explosivo;
- e) com substâncias tóxicas;
- f) à distância menor de 200 metros da montante ou jusante das cachoeiras, corredeiras, barragens e escadas para peixes;
- g) em outros lugares que forem interditados pelo serviço de Caça e Pesca;

- h) por meio de qualquer sistema ou processo que prejudique a criação ou procriação das espécies da fauna aquática.

Art. 376 - É proibido:

- a) o lançamento de óleos e produtos oleosos nas águas de uso comum;
- b) as cercadas de peixe, fixas, de qualquer denominação, (tais como currais, camboas, paris, caruris, tapagens, coração, caçoal, curral duplo, curral em série), as estaqueadas e muradas.

Parágrafo Único: O material destinado à construção de cercadas será apreendido e destruído.

Art. 377 - Os aparelhos de pesca deverão obedecer às seguintes condições:

- a) as redes de "espera" ou de "barrar", as de arrasto "trawl", as de "arrastão de praia", os aparelhos flutuantes, terão malha mínima de 30 (trinta) mm.;
- b) os gradeados de qualquer espécie, os cóvos, matapis, cestas de junco, de palha ou flecha, de tela ou arame, terão espaçamento mínimo de 40 mm.;
- c) cercadas móveis ou currais móveis terão espaçamento mínimo de 50 mm.;
- d) redes para peixe, terão malha mínima de 15 mm.;
- e) para camarão, terão malha mínima de 12 mm., e carapuça de 10 mm.;
- f) a rede tinta será medida depois do terceiro banho e a rede branca depois de uma permanência de 24 horas na água;
- g) é proibido na pesca interior (rios, lagos, lagoas e açudes) o emprego de "arrastão" de qualquer espécie, como de qualquer outro aparelho que rasgando o fundo, revolve o solo.

Art. 378 - As represas dos rios, ribeirões ou córregos devem ter como complemento obrigatório, obras que permitam a conservação da fauna fluvial, seja facilitando a passagem dos peixes, seja instalando estações de piscicultura.

Art. 379 - Os açudes ou viveiros para a criação de peixes só poderão ser construídos, a requerimento do interessado à Prefeitura.

Parágrafo Único: A autorização será concedida mediante condições que evitem a estagnação das águas e outras que forem consideradas necessárias.

Art. 380 - É proibida a caça:

- a) de animais úteis à agricultura;
- b) de pombos correios;
- c) de pássaros, aves ornamentais ou de pequeno porte, exceto os nocivos à agricultura;

Parágrafo Único: A conservação de pássaros em cativeiros só será permitida na forma de instruções que a Divisão de Caça e Pesca baixar.

Art. 381 - A caça não se fará:

- a) com visgos, atiradeiras, bodoques, veneno, incêndio e armadilha, que sacrifiquem a caça;

- b) nas zonas urbanas e suburbanas, assim como nos povoados;
- c) numa faixa de um quilômetro de cada lado do leito das vias férreas e rodovias públicas;
- d) nas zonas destinadas a parques de refúgio e de criação;
- e) nos jardins zoológicos públicos ou particulares;
- f) fora do período em que a Divisão de Caça e Pesca declarar aberta a caça.

Art. 382 - A apanha e a destruição de ninhos, esconderijos naturais, ovos e filhotes de animais silvestres são igualmente proibidos.

Art. 383 - Os animais silvestres de qualquer espécie considerados nocivos não somente ao homem e à agricultura, mas à própria fauna terrestre ou aquática, poderão ser abatidos em qualquer tempo, de acordo com instruções que forem baixadas pela Divisão de Caça e Pesca.

Art. 384 - Quando ao registro de pescador ou caçador, épocas de caça e pesca e outras questões não previstas aqui, observar-se-á o disposto nos Códigos Federais de Caça e Pesca, que serão aplicados, subsidiariamente, pelas autoridades do Município.

Art. 385 - Os infratores dos dispositivos deste capítulo serão punidos com a multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 2.000,00 (cem a dois mil cruzeiros) elevada ao dobro na reincidência.

Art. 386 - As autoridades municipais se absterão de agir quando haja no Município autoridade estadual ou federal incumbida do serviços de caça e pesca, sem prejuízo da cooperação que àquelas possam prestar a estas.

Capítulo XVI

DAS ÁGUAS E DOS RIOS.

Art. 387 - As medidas de proteção das águas serão, para cada caso particular, indicados pelas autoridades sanitárias.

Parágrafo Único: Enquanto não se adotar um serviço regular de abastecimento, poderá ser utilizada a água subterrânea ou de superfície, uma vez que a sua pureza seja conservada ou readquirida.

Art. 388 - As águas pluviais que correm por lugares públicos, assim como as dos rios públicos ou particulares, podem ser utilizadas como servidão pública, por qualquer proprietário de terrenos por onde passem, uma vez respeitados os preceitos da necessária higiene.

Art. 389 - Os terrenos de águas paradas ou dormentes serão drenados ou aterrados pelos seus proprietários, podendo, todavia a Prefeitura promover os serviços de drenagem ou aterro, mediante indenização das despesas realizadas.

Parágrafo Único: A indenização das despesas a que se refere este artigo, poderá ser feita em prestações e por tempo não superior a cento e oitenta (180) dias, contados da ultimação das obras e aviso da Prefeitura, sendo que, o débito não pago na época aprazada, será cobrado por via executiva.

Art. 390 - Intimado o proprietário à execução das obras de drenagem e aterro, verificando ele a sua impossibilidade financeira para executá-las, requererá ao Prefeito, nos termos dos artigos precedentes, proceda a Prefeitura o serviço.

Parágrafo Único: No caso de o proprietário não levar em consideração a intimação da prefeitura, será, mesmo assim, o serviço realizado à sua revelia, impondo-se-lhe a multa de Cr\$ 200,00.

Art. 391 - É de obrigação dos proprietários ribeirinhos desobstruir os rios e córregos para facilitar o livre curso de suas águas.

Parágrafo Único: Aplica-se aos proprietários inativos ou desidiosos, o disposto nos artigos anteriores, no que lhes for aplicável.

Art. 392 - Ninguém poderá, sem prévia licença especial da Prefeitura, construir obras de qualquer espécie nos rios públicos, tais como barragens, canais, pontes, drenos de irrigação ou de defesa contra inundações e aquelas que se destinem ao aproveitamento de energia hidráulica para industrialização de propriedade alheia.

§1º - O pedido de licença para execução de tais obras, deverá ser acompanhado de plantas das construções projetadas, de acordo com as disposições do Código de Águas da União e devidamente autorizadas pela autoridade competente.

§2º - A licença para instalação hidráulica a que se refere a última parte deste artigo, independe da apresentação do plano e sua respectiva aprovação pela autoridade federal competente, observadas porém as leis federais a respeito.

Art. 393 - É proibido escavar o leito dos rios públicos ou particulares, extrair areias, construir currais de pesca, colocar estacas e tudo enfim que possa obstruir o seu curso natural, salvo quando por utilidade pública, o permitir a Prefeitura.

Art. 394 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Capítulo XVII

DA AFERIÇÃO DE PESOS E MEDIDAS.

Art. 395 - Enquanto não forem delegados poderes dos órgãos federais ou estaduais, a órgãos municipais, na forma das leis federais, para o exercício de atribuições metrológicas, a Prefeitura as exercerá através dos órgãos ou funcionários que designar, nos termos deste Capítulo.

Art. 396 - O comerciante ou industrial, que, no exercício de sua profissão ou ofício, medir ou pesar, quer vendendo ou comprando mercadorias, é obrigado a ter as suas balanças, pesos e medidas aferidos de acordo com o padrão municipal e sempre à vista do público.

Parágrafo Único: A aferição consiste em comparar balanças, pesos e medidas aos respectivos padrões municipais e marcar com carimbos adequados que forem adotados pela Prefeitura, os que estiverem legais ou conformes.

Art. 397 - Aplicam-se aos gêneros denominados secos e molhados as medidas de peso, abolidas as medidas de volume.

Art. 398 - O padrão municipal das medidas, obedecerá ao sistema métrico decimal no país e mandado observar pelas leis federais.

Art. 399 - As balanças, pesos e medidas, antes de entrarem em uso, e depois, no mês de março de cada ano, serão aferidas segundo o padrão municipal.

Art. 400 - A aferição só poderá ser procedida depois de autorizada pelo Prefeito em despacho proferido no requerimento da parte interessada, instruído com o talão de pagamento da taxa devida.

§1º - Proceder-se-á à aferição inicial na Prefeitura, onde as balanças, pesos e medidas serão apresentados ao encarregado do serviço.

§2º - A aferição anual poderá ser feita no local que o interessado indicar.

Art. 401 - A quem deixar de dar à aferição os pesos e medidas de seus estabelecimentos, será marcado um prazo de 48 horas para que o faça, sob pena de lhe ser cassada a licença, além de outras penalidades previstas em lei.

Art. 402 - Não será permitido o uso de pesos, balanças e medidas, que estiverem em mau estado de conservação, amassadas, furadas e incompletas ou de qualquer modo imperfeitas ou imprecisas.

Art. 403 - O comerciante, estabelecido ou ambulante, é obrigado a aferir tantas medidas, pesos ou balanças, quantas efetivamente ocupar ou utilizar em seu comércio.

Art. 404 - Além da multa a que estarão sujeitos os respectivos proprietários, as balanças pesos e medidas, serão apreendidos e inutilizados, independente de qualquer formalidade:

- a) se forem encontrados em uso, sem a necessária autorização;
- b) se não tiverem sido submetidos à aferição anual;
- c) se estiverem falsificados ou viciados;
- d) se tiverem alterados o carimbo e a marca da aferição feita.

Art. 405 - Subsidiariamente ao que se dispõe neste Código, observar-se-ão as leis federais sobre o sistema legal de unidades de medida.

Capítulo XVIII

DAS ESTRADAS MUNICIPAIS.

Art. 406 - São consideradas estradas municipais as vias de comunicações rodoviárias entregues ao trânsito público e conservadas pelo governo municipal.

Art. 407 - Para abertura e conservação das estradas municipais serão observadas as seguintes regras:

- a) elaboração dos respectivos estudos, exploração e locação;
- b) as estradas intermunicipais serão abertas e conservadas de acordo com os dispositivos da lei estadual que regulamenta as estradas de rodagem estaduais em tudo que lhes for aplicável;
- c) as estradas municipais serão abertas e conservadas de acordo com as seguintes normas:
 - 1) deverão ter 6 metros de largura no mínimo;
 - 2) o leito será revestido de terra ou saibro, de modo que tenha a forma abaulada, levemente, com sarjetas de 50 centímetros de profundidade por 50 de largura;
 - 3) a faixa de terra abaulada ou útil será de 3 a 5 metros de largura no mínimo, conforme a intensidade do trânsito;
 - 4) em ambas as margens da estrada se farão roçados ou aceiros de 3 a 6 metros de largura;
 - 5) não terão porteiras fixas ou de paus atravessados, sobre o leito da estrada;
 - 6) serão cercados, de ambos os lados, por cerca de arame farpado ou madeira ou por tapumes de pedra;
 - 7) os roçados serão feitos a partir das sarjetas ou valas laterais;
 - 8) não terão águas rasas e, quando as tenham, sobre elas serão feitas pontes;
 - 9) as pontes obedecerão a técnica necessária para garantia de livre trânsito em qualquer tempo;

- 10) os aterros deverão ser gramados marginalmente.

Art. 408 - Quem danificar estradas ou pontes do Município, ou comprometer a sua segurança ou comodidade, ficará sujeito à multa, além de responder criminalmente, pela infração.

Art. 409 - Os proprietários dos terrenos que confrontam com as estradas municipais são obrigados:

- a) manter sempre abertas as valas ou valetas das margens;
- b) roçar as testadas de seus terrenos, limpar e aparar as cercas vivas até a altura de um metro e meio, ao menos duas vezes no ano, nos meses de maio e novembro;
- c) derrubar os matos à margem das estradas, até seis metros para dentro das cercas ou limites de sua propriedade;
- d) limpar e desobstruir os ribeirões e córregos que atravessem as estradas.

Art. 410 - Se o proprietário ou arrendatário do terreno marginal às estradas, depois de avisado pela Prefeitura, não efetuar os serviços previstos nos artigos anteriores, esta mandará realizá-los, ficando aquele obrigado a indenizar as respectivas despesas com o acréscimo de 10% para administração, além da multa que couber no caso.

Art. 411 - São considerados de utilidade pública e sujeitos à desapropriação amigável ou judicial, nos termos das leis em vigor:

- a) os terrenos marginais às estradas que forem necessários para o desvio, alargamento ou retificação do traçado das vias públicas;
- b) os terrenos marginais ou próximos às estradas, quando contiverem jazidas de pedras, pedregulho, saibro, barro, ou outro qualquer material necessário ao revestimento das mesmas.

Art. 412 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 413 - As cercas marginais ficam exclusivamente a cargo dos proprietários dos terrenos por onde passe a estrada e serão estes compelidos a fazê-las, devendo o alinhamento ser pedido de acordo com este Código.

Art. 414 - É proibido:

- a) fazer-se represas ao nível das estradas ou quaisquer serviços que possam encaminhar águas pluviais sobre o leito;
- b) obstruir as valetas ou construir obras que possam impedir o livre escoamento das águas pluviais pelo bueiro, pontes, pontilhões da estrada;
- c) destruir, no todo ou em parte, qualquer obra da estrada;
- d) lançar por terra os marcos quilométricos e itinerários e os sinais convencionais;
- e) fazer escavação no leito da estrada ou nos aterros;

- f) depositar sobre a estrada, pedras, madeiras, materiais ou objetos que possam embaraçar o trânsito ou prejudicar a respectiva conservação;
- g) atirar sobre o leito, ou deixar aí, pregos, arame, pedaços de metal, vidros, louça ou outras substâncias prejudiciais aos veículos e animais e que possam causar acidentes pessoais;
- h) transportar, arrastando, toras de madeira, pedra ou outro qualquer objeto que danifique a estrada;
- i) ter solto ou amarrado animais que embaracem o trânsito.

Art. 415 - É proibido deixar animais nas estradas municipais, ou suas proximidades, animal morto.

Art. 416 - A ordem, comodidade e segurança do tráfego nas estradas municipais, serão asseguradas pelo serviço de policiamento exercido pelas autoridades policiais do município e seus auxiliares, bem como pelo fiscal geral e pessoal de conservação das mesmas.

Art. 417 - Os cavaleiros e pedestres deverão transitar, quanto possível pelo seu lado direito, na estrada.

Capítulo XIX

DO TRÂNSITO DE VEÍCULOS.

Art. 418 - Os condutores de veículos são obrigados a comunicar ao Prefeito Municipal ou ao fiscal geral qualquer dano ou irregularidade observados, bem como seu autor, sendo possível.

Art. 419 - Ninguém poderá abandonar o veículo na estrada nem pará-lo atravessado ou em posição que prejudique o livre trânsito.

Art. 420 - É proibido o trânsito de veículos de eixo móvel ou rodas com aro de largura em desacordo com as dimensões adotadas pela legislação estadual em relação às estradas do Estado.

Art. 421 - Ninguém poderá conduzir veículo de qualquer espécie nas estradas municipais, sem trazer consigo a respectiva carteira de habilitação.

Art. 422 - Os condutores de veículos, os cavaleiros e pedestres deverão conservar sempre a direita, nas estradas.

Art. 423 - Os veículos de tração animal deverão trazer, bem visível, no eixo traseiro, a placa numerada que a Prefeitura fornecer ao ser paga a respectiva licença.

Art. 424 - Aos carroceiros e cocheiros não é permitido trazerem os animais em disparada, nem andarem afastados dos mesmos ou sentados sobre os varais das carroças ou carros, devendo conduzi-los sentados na boléia.

Art. 425 - Os veículos devem ter breque ou aparelho apropriado a fazê-los parar.

Art. 426 - Os veículos de tração animal não poderão conduzir cargas de peso superior a quinhentos (500) quilos para cada animal.

Art. 427 - Os veículos de outro município poderão trafegar no território deste município, durante trinta (30) dias; findo este prazo, ficará o condutor do mesmo, sujeito ao pagamento de licença.

Parágrafo Único: Ficam sujeitos às disposições deste artigo, os veículos que, embora tidos como pertencentes a outro município, tenham trânsito permanente nas estradas municipais.

Art. 428 - Os condutores de veículos são obrigados à:

- a) observância rigorosa do disposto no artigo 422, deste Código;
- b) parar com o veículo em sentido longitudinal, próximo da margem das estradas ou ruas e nunca nas curvas ou cruzamentos, de modo que possa dar livre passagem a outro veículo;
- c) evitar excesso de velocidade;
- d) diminuir a velocidade nas pontes, cruzamentos, curvas e ao passar por qualquer animal ou veículo;
- e) não abandonar o veículo sem que seja ele travado, nem confiar sua direção a outrem;
- f) obedecer aos sinais convencionais para a segurança do tráfego;
- g) dar sinal quando tiver de fazer manobra, cruzar ou entrar em curva de raio mínimo;
- h) respeitar e acatar as ordens e recomendações recebidas dos funcionários encarregados da direção do serviço de inspeção e fiscalização de trânsito de veículos nas estradas e na cidade.

Art. 429 - Em caso de acidente, os condutores de veículos deverão apresentar-se imediatamente às autoridades policiais, informando-lhes da natureza e das circunstâncias da ocorrência.

Art. 430 - Os veículos encontrados nas vias públicas sem que tenham pago o imposto de licença, serão apreendidos e recolhidos à Prefeitura Municipal, até que o respectivo proprietário cumpra as determinações legais.

Art. 431 - É proibido o uso de correntes em caminhões de cargas, quer nas estradas, como nas vias públicas da cidade e vilas.

Art. 432 - Nos dias de chuva, as carroças só poderão trafegar com dois a três animais e desde que os aros das rodas satisfaçam às dimensões regulamentares.

Art. 433 - Será aplicável ao trânsito de veículos, o Regulamento Geral de Trânsito do Estado, no que não estiver previsto neste Código.

Capítulo XX

DOS ANÚNCIOS, SUA COLOCAÇÃO E AFIXAÇÃO.

Art. 434 - Nenhum anúncio, letreiro, placa, tabuleta, cartazes, painel fixo ou volante, luminoso ou não, diurno ou noturno, feito por qualquer modo ou processo, para serem colocados ou afixados em paredes, muros, pilares, passeios, postes ou em qualquer ponto ou local não sujeitos à jurisdição municipal, mas visíveis dos logradouros públicos e que tenham face para a via pública, bem como nas estradas de rodagem, poderá ser exibido sem licença da Prefeitura e o pagamento dos emolumentos, constantes da tabela em vigor ou arbitrados pelo Prefeito Municipal.

Art. 435 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Capítulo XXI

DAS ZONAS RURAIS.

Art. 436 - *Revogado pela Lei 1605/85.*

Art. 437 - Ninguém poderá fazer ou mandar fazer queima de roçados, derrubadas, pastos e campos em local que possa prejudicar os vizinhos sem ter feito aceiros de nove (9) metros de largura, sendo seis (6) metros de roçado e três (3) metros de capinado, devendo avisar o proprietário ou proprietários vizinhos, com antecedência de quarenta e oito (48) horas, pelo menos do dia e hora em que tiver de lançar fogo. Além da multa prevista neste Código, ficará o infrator sujeito às penas previstas em legislação substantiva.

Art. 438 - Todo aquele que lançar fogo em roças, pastos, matas e campos alheios, sem consentimento expresso do respectivo proprietário, incorrerá na multa prevista neste Código, além das penalidades do direito comum.

Art. 439 - Todo aquele que plantar roças ou cultivar a terra nas proximidades de campos, estradas ou servidões públicas, onde seja constante o trânsito de animais, deve cercar o terreno cultivado, com fechos de lei.

Art. 440 - Entende-se por fecho de lei:

- a) o valo com 2,50m de boca por igual de profundidade;
- b) a cerca de seis (6) varas grossas, presas a prego ou cipó forte em moirões (palanques) também grossos, distanciados um do outro convenientemente;
- c) a cerca de pau à pique, reforçada;
- d) a cerca de tábuas pregadas em moirões (palanques) fortes;
- e) a cerca de arame liso ou farpado, tendo pelo menos quatro fios presos em moirões (palanques) de cerne, distanciados um do outro convenientemente;
- f) muro de terra ou taipa, pedra ou tijolo, de 2 metros de altura, no mínimo.

Art. 441 - O animal encontrado em terreno alheio ou vagando pelas estradas, será apreendido e recolhido ao depósito municipal, sendo o respectivo proprietário multado, além do pagamento das despesas de estadia, na base de Cr\$ 10,00 diários.

Parágrafo Único: Ficará isento do pagamento das despesas de estadia, caso o animal apreendido, venha a prestar serviços à Municipalidade.

Art. 442 - Ninguém poderá destruir fechos, seus ou alheios, facilitando a saída de animais dos cercados em que se encontrem e nem consentir ou deixar que animais seus ou de outrem danifiquem plantações ou lavouras dos vizinhos.

Art. 443 - Ninguém poderá impedir ou dificultar o trânsito pelos caminhos vicinais, nem obstruí-los, estreitá-los, mudar-lhes a direção, impedir a abertura de esgotos ou drenos, obstruí-los depois de abertos, derrubar árvores.

Art. 444 - Só poderão ser construídos chiqueiros ou currais, à distância mínima de quinze (15) metros das habitações, dos poços e dos cursos d'água que abasteçam os moradores locais.

Art. 445 - Os terrenos alagadiços ou pantanosos nas proximidades das habitações, deverão ser drenados ou aterrados.

Art. 446 - Todo o proprietário rural que tiver em seus terrenos formigueiros que possam prejudicar a lavoura ou vegetações alheias, é obrigado a extingui-los dentro do prazo que for marcado pela Prefeitura.

Parágrafo Único: Se a extinção do formigueiro for feita pela Prefeitura, será o proprietário multado e intimado a pagar, além da multa, as despesas que forem feitas por aquela.

Art. 447 - Não é permitido aos proprietários rurais deixarem abertas as porteiras que derem para as estradas, por tempo excedente ao necessário para a passagem.

Art. 448 - O terreno baldio da zona rural que não seja aproveitado para cultura e, que, pelo uso, se haja destinado a servir de pasto comum, constitui o compáscuo.

Parágrafo Único: O compáscuo de terrenos baldios e públicos será considerado como de servidão aos proprietários que dele se tenham utilizado, e esta servidão se regerá, em tudo que lhe for aplicável, pelas disposições da legislação civil.

Art. 449 - Serão tidos como baldios os terrenos cobertos ou invadidos por águas paradas ou dormentes, e que mais propriamente se denominam banhados, pântanos ou alagadiços.

Capítulo XXII

DOS EMBARGOS E INTERDIÇÕES.

Art. 450 - Ficam sujeitos a embargos administrativos as obras de construção, reconstrução, reparo, acréscimo e demolição de prédios, muros de frente, passeios, sarjetas, aterros, barragens, obra de arte, arruamento de terrenos, etc., quando forem iniciadas ou executadas:

- a) sem licença prévia da Prefeitura;
- b) em desacordo com os planos aprovados;
- c) em desacordo com o alinhamento e nivelamento determinados no alvará;
- d) sob a direção de arquitetos, construtores ou mestres de obra que não tiverem registrados na Prefeitura de conformidade com este Código ou dos que não tiverem quites com a Fazenda Municipal do imposto de indústria e profissão;
- e) com infração de qualquer das determinações deste Código.

Parágrafo Único: Se o infrator desobedecer ao embargo no prazo determinado, o processo será remetido ao Procurador Judicial que promoverá o embargo judicial, no prazo máximo de 24 horas.

Art. 451 - Quando após o embargo for verificada a necessidade de demolir total ou parcialmente a obra executada, a Prefeitura intimará o respectivo proprietário ou construtor a fazê-lo dentro do prazo da intimação. Se não for atendida, a Prefeitura procederá como dispõe a § 2º do artigo 62.

Art. 452 - Ficam sujeitas à interdição as construções que não satisfizerem às condições exigidas pelo presente Código.

Art. 453 - O embargo e a interdição serão levantadas a todo tempo pela Prefeitura, mediante requerimento do interessado, provando que cumpriu as instruções e intimações feitas e que efetuou o pagamento de todas as multas em que incorreu, satisfazendo às exigências legais, cuja inobservância motivara a interdição ou embargo.

Parágrafo Único: O engenheiro municipal ou Diretor de Obras verificará, antes de ser concedido o levantamento do embargo, se estão satisfeitas essas exigências regulamentares.

Art. 454 - Dos embargos poderá haver pedido de reconsideração dentro de oito (8) dias, contados do recebimento ou lavratura do auto de embargo e multa.

Art. 455 - Sempre que o proprietário de um terreno ou prédio tiver que executar obra determinada pela Prefeitura, será intimado, por escrito, exigindo-se recibo ou o "ciente" na intimação, ou por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, em se tratando de ausente, a executar a obra determinada, no prazo constante da intimação.

Parágrafo Único: Pelo não cumprimento da intimação, a Prefeitura fará executar o serviço, por administração, cobrando judicialmente, caso não forem pagas, no período amigável, as despesas e mais 10% (dez por cento) além da multa por infração, observando-se ainda as disposições do artigo seguinte e seus § § .

Art. 456 - O total das despesas, adicional de 10% (dez por cento) de administração e a multa de infração, será inscrito como Dívida Ativa do Município, para efeito de cobrança judicial.

Art. 457 - Se, dentro de 30 (trinta) dias, o infrator não efetuar o pagamento amigável, será extraída a certidão de dívida e entregue esta, para cobrança executiva, ao Promotor ou Procurador da Prefeitura, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) laudo dos peritos, auto de infração ou ato da Prefeitura que deu motivo à ordem de execução do serviço ou obra;
- b) a intimação em a qual figure o "ciente" do infrator, ou o primeiro e último número do jornal em que se fez publicação do edital de intimação, no caso de proprietário ausente;
- c) nota explicativa dos serviços executados administrativamente.

Capítulo XXIII

DA APLICAÇÃO E MODO DE EXECUÇÃO DAS MULTAS.

Art. 458 - Verificada a infração de qualquer dispositivo deste Código, cabe a funcionário municipal ou autoridade lavrar o competente termo de infração em que ficará constatada a culpa, local e objetos com a mesma correlatos, o qual, depois de

assinado pelo infrator, será apresentado ao Prefeito na sede do Município ou aos Intendentes Exatores nas sedes distritais, para a imposição da multa.

Parágrafo Único: No caso de negar-se o infrator a assinar o auto de infração, será isso declarado pelo autuante na presença de duas testemunhas que também o assinarão. Pela mesma forma se procederá no caso de ser o infrator analfabeto.

Art. 459 - Na aplicação de multa ter-se-á em vista a proporcionalidade da culpa, a extensão do dano ou prejuízo causado e os efeitos e consequências que, da infração, possam resultar.

Art. 460 - Os fiscais, os subdelegados de polícia, os inspetores de quartelão do município, poderão autuar qualquer infração, fazendo imediatamente, do respectivo auto apresentação ao Prefeito ou Intendentes Exatores de sua jurisdição.

Art. 461 - O auto de infração deverá conter:

- a) descrição sucinta do fato;
- b) dia, hora, mês, ano e o lugar da infração;
- c) nome do infrator, e a sua residência;
- d) o artigo deste Código ou lei municipal que tiver sido infringido;
- e) assinatura do denunciante, quando caso, e de duas testemunhas, quando se recusar o infrator a assinar o auto, ou se não estiver presente.

Art. 462 - O despacho impondo multa deverá conter:

- a) descrição do fato em breves palavras;
- b) dia, mês, ano, hora e lugar em que se verificou a infração;
- c) nome do infrator ou, na falta, quaisquer indicações que o façam certo e conhecido, e a sua residência, se for sabido;
- d) assinatura da autoridade que a lavrar.

Art. 463 - No despacho de multa será determinado o prazo de 10 dias em que o infrator deverá recolher a multa, findo o qual, não pagando esta, será inscrita a Dívida, e extraída a respectiva certidão, para imediata cobrança executiva.

Art. 464 - As multas serão sempre aplicadas independentemente das responsabilidades criminal e civil, a que estiver sujeito o infrator.

Art. 465 - Havendo imposição de multa, caberá recurso:

- a) Para o Prefeito, do despacho proferido pelo Intendente;
- b) Para o Conselho, do despacho proferido pelo Prefeito.

Parágrafo Único: O recurso será interposto dentro do mesmo prazo assinado ao infrator para pagamento da multa nos termos do artigo anterior, desde

que seja previamente feito na tesouraria municipal, depósito da respectiva importância.

Capítulo XXIV

DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 466 - Nas vilas e povoações existentes nos distritos do Município, e nas zonas rurais das respectivas circunscrições, cabe aos intendentess, executar e fazer executar, em tudo que lhes for aplicável, as disposições deste Código.

Art. 467 - A fiscalização da fiel observância das disposições deste Código compete aos fiscais, aos administradores, zeladores e demais funcionários do Município.

Art. 468 - O funcionário que presenciar o ato da infração ou dela tiver conhecimento e não providenciar, como é de seu dever, responderá pelo pagamento da multa devida, além de ser advertido severamente. As repetidas faltas de pouco ou nenhum interesse por parte do funcionário, importarão na aplicação das sanções do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município.

Capítulo XXV

DOS EMOLUMENTOS.

Art. 469 - Os emolumentos devidos a Municipalidade por atos e serviços previstos no presente Código, serão fixados em Lei própria.

Capítulo XXVI

DAS PENALIDADES.

Art. 470 - As penalidades por infração deste Código serão aplicadas de acordo com o seguinte quadro em que se discriminam as importâncias das multas:

DAS CONSTRUÇÕES EM GERAL.

A

Por falta de:

Cr\$

| | |
|--|----------------|
| 1- alvará de licença para construção, reformas, demolição ou modificações (art. 36 e seus §§) | 100,00 |
| 2- planta aprovada no local da construção e alvará respectivo (art. 48 § 2º) | 50,00 |
| 3- comunicação sobre alteração no projeto aprovado, ou por construir em desacordo com a planta aprovada (art. 51 e 52) | 50,00 - 100,00 |
| 4- comunicação sobre demolições (art. 62) | 50,00 - 100,00 |
| 5- cumprimento à intimação para demolição (art. 63) | 100,00 |
| 6- cumprimento das exigências de recuo de prédios residenciais (art. 17 a 20) | 100,00 |
| 7- construção de muros em terrenos abertos não edificadas (art. 14 e §§ 1º a 5º) de cada intimação não atendida | 100,00 |
| 8- requerimento para proceder reparos ligeiros e pintura (art. 36 § 1º a 3º) | 20,00 - 30,00 |
| 9- infração ao disposto no artigo 38 e letras | 50,00 - 100,00 |
| 10- comunicação de mudança de construtor (art. 46) | 100,00 |
| 11- placa de construção a que se refere o art. 78 | 30,00 - 50,00 |

B

Em caso de:

| | |
|--|----------------|
| 1- desobediência ao nivelamento e alinhamento indicados na licença, (art. 11 §§ 1º e 2º e art. 13) | 100,00-200,00 |
| 2- alteração de vias de documentos aprovados (art. 51) | 200,00 |
| 3- não seguir as indicações a que se refere o art. 15 e seus §§ | 50,00 - 100,00 |

VIAS PÚBLICAS.

C

Na falta de:

| | |
|--|----------------|
| 1- muros e gradis, cercas vivas (art. 14 e §§) | 20,00 - 50,00 |
| 2- tapume em frente às demolições, construções ou reformas no alinhamento da via pública (art. 56) | 50,00 - 100,00 |
| 3- proteção à iluminação pública ou aparelhos de serviço público, postes, etc. (Art. 60 §§ 1º e 2º) | 100,00-200,00 |
| 4- imediata demolição de andaimes após a conclusão das obras (art. 61) | 30,00 - 50,00 |
| 5- vistoria administrativa ou estrito cumprimento às determinações do art. 67 e §§ 1º a 3º, art. 70 e §§ 1º e 2º | 100,00-200,00 |

D

Em caso de:

| | |
|--|----------------|
| 1- colocar terras, madeiras ou outros materiais sobre a via pública (art. 54) | 30,00 - 50,00 |
| 2- falta de limpeza em frente das construções ou desobediência às determinações do art. 55 e seus §§ | 50,00 - 100,00 |
| 3- carga excessiva sobre os andaimes (art. 59) | 100,00 |

| | |
|---|-------------------|
| 4- construções clandestinas, além do embargo e demolições (art. 77) | 200,00 - 1.000,00 |
| 5- abertura de ruas sem as prescrições do artigo 10 | 1.000,00 |
| 6- inutilização intencional ou retirada de numeração dos prédios (art. 339) | 20,00 |
| 7- não atender as intimações para canalização das águas pluviais sob os passeios (art. 155) | 50,00 |
| 8- levantamento do calçamento ou abertura de valas sem o cumprimento das disposições do art. 22 | 100,00 |
| 9- não cumprimento à intimação para construção de passeios ou calçadas (art. 27) | 200,00 |
| 10- despejo de águas servidas nas vias públicas, valetas ou sarjetas de águas pluviais (art. 150) | 50,00 |

HIGIENE E SANEAMENTO.

E

Na falta de:

| | |
|--|---------------|
| 1- registro para o marchante abater gado destinado ao consumo público (art. 255) | 100,00 |
| 2- licença para funcionamento de açougues (art. 274) | 30,00 - 50,00 |

F

No caso de :

| | |
|---|----------------|
| 1- abater gado de qualquer espécie em lugar não permitidos ou com infração do art. 253 | 50,00 - 100,00 |
| 2- aproveitamento ilegal da carne ou produtos condenados (art. 261) | 500,00 |
| 3- salgar ou secar couros em lugares não permitidos (art. 262 e § Único) | 30,00 - 50,00 |
| 4- desobediência aos dispositivos contidos nos artigos 269 e 270 e suas letras | 10,00 - 30,00 |
| 5- fabrico de produtos de animais em lugares não permitidos (art. 273) | 100,00 |
| 6- falta de cumprimento ao dispositivo no art. 274 | 30,00 - 50,00 |
| 7- desobediência ao disposto nas determinações dos art. 278 e 281 | 30,00 - 50,00 |
| 8- não serem respeitadas quaisquer das disposições contidas nos artigos 282 e 296 e seus §§ | 30,00 |
| 9- infração das disposições previstas nos art. 297 e 298 | 30,00 - 50,00 |
| 10- não observância ao disposto nos art. 299 e 301 | 50,00 - 100,00 |
| 11- infração dos artigos 319 e 324 | 10,00 - 20,00 |
| 12- flagrante desrespeito às disposições dos art. 361 a 373 | 50,00 - 100,00 |
| 13- não atenção para as disposições dos art. 149, 150 e 157 | 30,00 - 50,00 |
| 14- desrespeito às determinações dos artigos 152 a 168 | 30,00 - 50,00 |
| 15- não sanear o solo para construir (art. 169) | 100,00-200,00 |

SEGURANÇA E TRANQUILIDADE PÚBLICAS

G

Na falta de:

- | | |
|--|--------|
| 1- Licença para depósito de inflamáveis (art. 315 e segs.) | 500,00 |
|--|--------|

H

No caso de:

- | | |
|---|----------------|
| 1- perturbação ao sossego público (art. 325 a 327) | 50,00 - 100,00 |
| 2- ofensa aos bons costumes (art. 328 a 330) | 30,00 - 50,00 |
| 3- prejuízo à comodidade dos transeuntes (art. 319 a 324) | 10,00 - 20,00 |

I

Em caso de:

- | | |
|---------------------------------|----------------|
| 1- infração ao artigo 392 a 394 | 50,00 - 100,00 |
|---------------------------------|----------------|

AFERIÇÃO DE PESOS E MEDIDAS.

J

Na falta de:

- | | |
|---|----------------|
| 1- apresentação de pesos, balanças e medidas (art. 398) | 50,00 - 100,00 |
|---|----------------|

K

No caso de:

- | | |
|--|--------------------|
| 1- infração prevista nos artigos 401 a 404 | 100,00 - 500,00 |
|--|--------------------|

ESTRADAS MUNICIPAIS.

L

No caso de:

- | | |
|-----------------------------------|----------------|
| 1- infração aos artigos 408 a 417 | 50,00 - 200,00 |
|-----------------------------------|----------------|

TRÂNSITO DE VEÍCULOS.

M

Na falta de:

- | | |
|-----------------------------------|----------------|
| 1- Observância dos art. 418 a 433 | 30,00 - 100,00 |
|-----------------------------------|----------------|

N

Na falta de:

- | | |
|--|----------------|
| 1- prévia licença para colocação e afixação de anúncios (art. 434 e 435) | 50,00 - 100,00 |
|--|----------------|

O

Na falta de:

- | | |
|--------------------------------------|----------------|
| 1- observância dos artigos 436 a 447 | 30,00 - 100,00 |
|--------------------------------------|----------------|

P

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| 1- Infração não prevista | 50,00 - 1.000,00 |
|--------------------------|---------------------|

ÍNDICE GERAL

| | |
|--------------------|---|
| Capítulo I | DISPOSIÇÕES PRELIMINARES |
| Capítulo II | DAS VIAS PÚBLICAS - DAS AVENIDAS RUAS, PRAÇAS, JARDINS E TRAVESSAS |
| Capítulo III | ALINHAMENTO E NIVELAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO. DE RECUO OBRIGATÓRIO, FACULTATIVO E PROIBIDO. |
| SECÇÃO I | Das construções no alinhamento das vias públicas |
| SECÇÃO II | Construções nos cruzamentos das vias públicas |
| SECÇÃO III | Das construções afastadas do alinhamento |
| SECÇÃO IV | Serviço das vias públicas |
| Capítulo IV | DAS LICENÇAS PARA CONSTRUIR E EDIFICAR. |
| SECÇÃO I | Condições gerais |
| SECÇÃO II | Projetos para edificações |
| SECÇÃO III | Aprovação, alvará e destino dos projetos |
| SECÇÃO IV | Modificações dos projetos aprovados |
| Capítulo V | DO REGIME DAS CONSTRUÇÕES |
| SECÇÃO I | Da condução e remoção de materiais |
| SECÇÃO II | Dos tapumes e andaimes |
| SECÇÃO III | Das demolições |
| SECÇÃO IV | Das vistorias |
| SECÇÃO V | Dos construtores |
| Capítulo VI | DAS CONDIÇÕES GERAIS DO PROJETO. |
| SECÇÃO I | Número de pavimentos |
| SECÇÃO II | Saliências |
| SECÇÃO III | Arquitetura das fachadas |
| Capítulo VII | CONDIÇÕES PARTICULARES DOS PROJETOS. |
| SECÇÃO I | Das habitações em geral. Sup. Mín. Ilumin. e ventilação |
| SECÇÃO II | Dos pés direitos, altura e largura dos edifícios |
| SECÇÃO III | Das colunas e vigas |
| SECÇÃO IV | Condições Gerais: |
| | A) dos pavimentos dos porões |
| | B) Rez do chão |
| | C) Das lojas e sobrelojas |
| | D) Dos andares superiores e áticos |
| SECÇÃO V | Condições especiais para os compartimentos: |
| | A) Do número de compartimentos |
| | B) Entradas e corredores |
| | C) Das escadas e elevadores |
| | D) Cozinhas, copas e dispensas |
| | E) Dos banheiros e privadas |
| | F) Das garagens nas habitações particulares |
| | G) Dos galinheiros e tanques dos lavadouros |
| SECÇÃO VI | Das águas e esgotos, poços e cisternas |
| Capítulo VIII | DAS CONDIÇÕES PARTICULARES DAS CONSTRUÇÕES |
| SECÇÃO I | Dos materiais de construções de alvenaria. |
| | A) Tijolos |
| | B) Areia |
| | C) Cal |
| | D) Cimento |

| | |
|---------------|--|
| | E) Argamassa |
| | F) Concreto |
| | G) Madeira |
| | H) Ferro e aço |
| SECÇÃO II | Dos alicerces |
| SECÇÃO III | Das paredes |
| SECÇÃO IV | Dos pisos e vigamentos |
| SECÇÃO V | Das coberturas |
| SECÇÃO VI | Destinos dos prédios, sobrecargas e coeficientes de segurança |
| SECÇÃO VII | Do concreto armado |
| SECÇÃO VIII | Das construções de madeira |
| Capítulo IX | DAS CONSTRUÇÕES PARA FINS ESPECIAIS. |
| SECÇÃO I | Das casas populares. |
| SECÇÃO II | Das habitações coletivas: |
| | A) Disposições gerais |
| | B) Das casas de apartamentos |
| | C) Dos hotéis e casas de pensão |
| | D) Dos hospitais, maternidades e casas de saúde |
| SECÇÃO III | Dos estabelecimentos perigosos, insalubres ou incômodos: |
| | A) Disposições gerais |
| | B) Disposições particulares: |
| | a) Depósitos de inflamáveis. |
| | b) Das fábricas e oficinas em geral |
| SECÇÃO IV | Das casas de reuniões e diversões públicas |
| SECÇÃO V | Dos estabelecimentos de gêneros alimentícios em geral: |
| | A) Disposições gerais |
| | B) Dos açougues e matadouros |
| | C) Das fábricas de carnes preparadas |
| | D) Das fábricas e usinas de preparo e beneficiamento de leite e laticínios, leiterias e depósitos de leite |
| | E) Das padarias, fábricas de massas, doces, refinação de açúcar, torrefação de café e estabelecimentos comerciais congêneres |
| SECÇÃO VI | Das cocheiras e estábulos |
| SECÇÃO VII | Garagens comerciais |
| Capítulo X | DA SEGURANÇA E TRANQUILIDADE PÚBLICAS E DOS BONS COSTUMES. |
| SECÇÃO I | Das construções, árvores e objetos que ameacem ruir |
| SECÇÃO II | Dos animais soltos e da matrícula de cães |
| SECÇÃO III | Da venda e guarda de explosivos |
| SECÇÃO IV | Da comodidade dos transeuntes |
| SECÇÃO V | Do sossego público |
| SECÇÃO VI | Dos bons costumes |
| Capítulo XI | DAS INSTALAÇÕES MECÂNICAS |
| Capítulo XII | NOMENCLATURA E ARBORIZAÇÃO DAS RUAS E PRAÇAS PÚBLICAS E NUMERAÇÃO DOS IMÓVEIS: |
| SECÇÃO I | Nomenclatura |
| SECÇÃO II | Numeração |
| SECÇÃO III | Arborização de vias públicas |
| Capítulo XIII | DA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS |

| | |
|----------------|---|
| Capítulo XIV | DA SAÚDE PÚBLICA |
| Capítulo XV | DA CAÇA E PESCA |
| Capítulo XVI | DAS ÁGUAS E DOS RIOS |
| Capítulo XVII | DA AFERIÇÃO DE PESOS E MEDIDAS |
| Capítulo XVIII | DAS ESTRADAS MUNICIPAIS |
| Capítulo XIX | DO TRÂNSITO DE VEÍCULOS |
| Capítulo XX | DOS ANÚNCIOS, SUA COLOCAÇÃO E AFIXAÇÃO |
| Capítulo XXI | DAS ZONAS RURAIS |
| Capítulo XXII | DOS EMBARGOS E INTERDIÇÕES |
| Capítulo XXIII | DA APLICAÇÃO E MODO DE EXECUÇÃO DAS MULTAS |
| Capítulo XXIV | DISPOSIÇÕES GERAIS |
| Capítulo XXV | DOS EMOLUMENTOS |
| Capítulo XXVI | DAS PENALIDADES |
| | TABELAS |
| | Das construções em geral A e B |
| | Vias públicas C e D |
| | Higiene e saneamento E e F |
| | Segurança e tranqüilidade públicas G, H e I |
| | Aferição de pesos e medidas J e K |
| | Estradas municipais L |
| | Trânsito de veículos M, N, O e P |

Sala das sessões da Câmara Municipal de São José, 5 de maio de 1948.

Virgilino Ferreira de Souza ; Francisco Goedert ; Walter Borges; José Luiz Kretzer;
Augusto Sales Koerich; Fulvio Vieira da Rosa; Silvestre Fernando Philippi; Armando
Schmitz; Sergio Carlino de Assunção.

Nota: Texto redigitado e sujeito à correções. O texto transcrito não substitui a
Lei original publicada.